

A Classe Operária

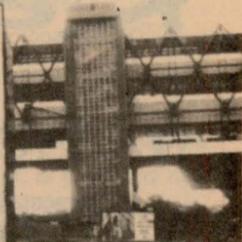


PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

3ª Conferência Ibero-Americana debate fim do bloqueio a Cuba

CUBA
34 ANOS DE RESISTÊNCIA AO IMPERIALISMO.
O SOCIALISMO VIVE. PCdoB



SALÁRIO A 100% ZERA PLANO FHC



RENATO ALVES/FOLHA IMAGEM

Deputados comemoram a aprovação do reajuste mensal de 100% da inflação

CONSTITUIÇÃO

A OAB lança movimento contra a revisão constitucional

PÁGINA 5

SBPC

Aziz Ab' Saber, novo presidente da SBPC, defende a ciência nacional

PÁGINA 9

UNE

Fernando Buarque, eleito presidente no 43º congresso da UNE, fala das polêmicas e das perspectivas da entidade

PÁGINA 8

G-7

Reunidos em Tóquio, ricos afundam em crise e tramam agressão aos povos

PÁGINA 11



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Resumo

6/7. terça

■ Apresentado pelo governo japonês o pedido formal de ingresso do país como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Segundo as autoridades japonesas isso corresponderia ao peso político e econômico que o Japão tem no mundo de hoje. Vale lembrar que esse país asiático já tem tropas participando de operações no Cambodja.

7/7. quarta

■ Anunciado pelo Centro de Estatísticas de Preços (CEP) da Fundação Getúlio Vargas o índice de inflação do Rio de Janeiro para o mês de junho, 33,21%, superior em 3,98 pontos à de maio. Nos últimos doze meses a inflação acumulada atinge o astronômico percentual de 1.593,67%. Em São Paulo, a cesta básica subiu 26,84% em junho, acumulando no presente

ano uma alta de 309,77%, segundo pesquisa do Procon.

8/7. quinta

■ O governo da Índia reiterou sua decisão de não assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, apesar das pressões internacionais, destacadamente do governo francês. Não assinando o Tratado a Índia se desobriga de permitir as inspeções internacionais em suas instalações nucleares.

8/7. quinta

■ Aprovado no Senado requerimento através do qual fica adiado por 20 dias o leilão da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), previsto inicialmente para 4 de agosto. O Senado irá analisar os laudos de avaliação da empresa bem como as pesadas suspeitas de negócios em que a estatal teria sido lesada nos últimos anos.

Liberdade partidária

■ No dia 6 de junho, terça feira, ficou acordado entre as lideranças partidárias que o senador José Fogaça do PMDB do Rio Grande do Sul retirará de seu substitutivo sobre a reforma partidária a cláusula de barreira através da qual só teriam assento no Congresso Nacional os partidos políticos que conseguissem 5% dos votos válidos em pelo menos um terço dos estados brasileiros. Tal dispositivo de caráter profundamente anti-democrático retiraria de cena política vários partidos políticos entre os quais o PCdoB. Como a **Classe** noticiou amplamente, por todo o país ocorreram manifestações de repúdio ao projeto que Fogaça pretendia colocar em votação no Senado da República. Agora passa a vigorar novamente o acordo feito na Câmara pelo qual somente em 2002 valeria a barreira dos 5%. É uma vitória parcial de grande significado para as forças políticas, como o Partido Comunista do Brasil, que durante várias décadas tem lutado incansavelmente pelas liberdades políticas as mais amplas no nosso país. Uma derrota para os que pretendem surrupiar a representação parlamentar daqueles segmentos que mais firmemente se opõem ao projeto neoliberal.

12/7. segunda

■ Efetuado em Mogadíscio o bombardeio do quartel general de Mohamed Aideed por forças norte-americanas disfarçadas com a bandeira da ONU. O ataque visava assassinar Aideed, líder da resistência somali, e acabou por provocar a morte de 73 civis. Aideed escapou ileso. A população da capital da Somália se levantou em luta, revoltada com a barbaridade da ação das tropas norte-americanas. Este foi o maior derramamento de sangue provocado pelos agressores estrangeiros desde abril quando, alegando "ajuda humanitária" e "combate à fome", ocuparam militarmente aquele país africano.

13/7. terça

■ Sancionado pelo presidente da República Itamar Franco a lei que cria o Imposto

Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF). Itamar vetou sete artigos do projeto que saiu do Congresso, entre eles, alegando inconstitucionalidade, o artigo 24 que destinava o repasse de 20% da arrecadação do IPMF para o Fundo Nacional de Saúde. Desta maneira, quase todos os recursos oriundos do novo imposto serão revertidos para o pagamento das dívidas interna e externa. Não se vê mais a chiadeira da Fiesp, Medeiros e Cia, contra o IPMF.

13/7. terça

■ Tomada a decisão pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de pagar os juros da dívida externa mensalmente e não mais semestralmente como vinha sendo feito até então. A medida, altamente prejudicial à economia nacional, visa "facilitar" a conclusão do acordo da dívida externa entre o Brasil e os bancos credores.

Consciência

Reforçamos a proposta do camarada Aldo Rebelo (na *Classe* nº 104). Compreendemos que medidas urgentes deverão ser tomadas com a finalidade de se resolver o problema do estudo em nosso partido. Antes do episódio do Leste europeu, os questionamentos decorridos com a mudança de tática se davam no campo político, fato por que a militância, mesmo atuando exclusivamente no ativismo, não tinha grandes dificuldades de se adequar a uma nova situação.

Após o episódio em referência, as discussões se situaram no campo ideológico, passando a exigir uma consciência mais profunda à luz do marxismo. Para isto é necessário muito estudo. A simpatia da sociedade por nosso partido é crescente. Por isso aumenta nossa responsabilidade e a militância terá de se capacitar para analisar e esclarecer as questões colocadas pelos simpatizantes.

José Augusto Menezes
Fortaleza - CE

Verdade

Sou leitor d' *A Classe Operária*. Leio do começo ao fim. Admiro muito, pois é diferente de todos os jornais burgueses e fala a verdade nua e crua. Como comunista revolucionário convicto, tenho o mesmo pensamento do grande Ernesto Che Guevara: "Aqui, só mesmo uma luta armada libertará nosso povo sofrido", criando um homem novo com uma nova mentalidade. Estranho muito o jornal não divulgar os feitos desse grande herói do povo latino-americano, lembrando o dia de sua morte e suas lutas. Assim como seus feitos em Cuba junto com Fidel, pois Cuba continua sendo uma luz na escuridão em que se encontra o nosso povo, apesar do bloqueio econômico (criminoso) do imperialismo dos Estados Unidos.

Luiz Gonzaga Sobreira
Tabira - PE

Diretas

A direita quer diretas? Os "caras-tristes" do PT e os "caras-de-pau das elites" deveriam reivindicar eleições diretas não só para a UNE, mas também para a CUT, Fiesp, CNBB, CNI, Força Sindical, PT, PPR, ONU, EUA. E para a coisa ficar ainda mais democrática e radical, diretas já para a direção da Folha de S. Paulo, do Estadão, Rede Globo e até para o Baú da felicidade. Fora Roberto Marinho. Voto na oposição.

Felismar Mesquita
Rio Branco - AC

Homenagem

Quero prestar uma homenagem ao ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itambém, Alonso Nascimento de Souza, pai do nosso companheiro Daniel Evaristo, diretor do Sindicato de Goiana. Alonso foi um lutador pelos direitos dos trabalhadores rurais. Atuou nas Ligas Camponesas, foi presidente do STR de Itambém até 1972. Morreu recentemente aos 82 anos.

José Inácio Barbosa (Zezinho)
Recife - PE

Cara nova

É com satisfação que entro em contato com este jornal que representa a grande nação comunista brasileira (o PCdoB). Parabéns pelo excelente lançamento do novo projeto gráfico que deu cara nova e mais receptividade ao nosso órgão central. Sou assinante da *Classe Operária* há alguns anos e há poucos meses resolvi fazer assinatura da revista *Princípios* com intuito de me aprofundar nas questões teóricas do marxismo-leninismo.

Adriano Gomes Santa Ana
Rio de Janeiro - RJ

Democracia

A palavra "Democracia" é uma palavra-mito. É uma palavra polêmica em si, que pode ser interpretada de diferentes formas. Em outras palavras, ela é usada impropriamente. "Democracia" foi, inicialmente, o nome dado pelos gregos antigos ao regime político que, em verdade, não era o governo do povo, mas sim das castas superiores, através do voto.

No sistema capitalista, a "Democracia" é o regime político que não é o governo do povo, mas sim do poder econômico, através do voto do povo, o qual continua sempre submetido ao poder do grande capital. Se entendermos "Democracia" como sendo o fim do processo de democratização, então já não haverá a democracia, mas sim o fim do processo socialista-comunista, que será o comunismo.

Walter Grade
Londrina - PR

"Supercampeão"?

Realmente o Palmeiras/Parmalat ou Palestra ou Parmalat/Palmeiras mereceu o título. Assim como na economia, e agora no futebol, quem dá as cartas é o capital estrangeiro. Esse campeonato foi a prova de que quem tem mais chora menos. Foi a vitória do mais rico, que pode comprar a tudo e sem me esquecer da arrogância alviverde (Evair, Edmundo), preconceituosa. Contra tudo isso, do outro lado, a força popular procurando organizar-se, lutando para a conquista de união, conjunto, movida pela necessidade e garra, comprometida com a imensa galera alvinegra.

Um recado para o camarada Jairo. Chamar a torcida corintiana de arrogante é o mesmo que chamar de arrogante esse imenso povão brasileiro. E como diz o compositor Toquinho: "Ser corintiano é ir além de ser ou não ser o primeiro, ser corintiano é ser também um pouco mais brasileiro."

Alexandre Antunes Fonseca
Marcelo Mizaal da Silva
Itaquaquecetuba - SP

Saudoso

No dia 25 de maio, aos 89 anos, morreu nosso ilustre camarada Dibo Elias. Combatente abnegado desde seus 17 anos, Dibo defendia os ideais do socialismo. Foi perseguido durante a ditadura militar e morreu convicto de suas idéias e reafirmando suas posições marxistas-leninistas. Segue trecho de poesia que nós, comunistas catarinenses, dedicamos às suas idéias que jamais morrerão.

Dibo "da luta" Elias

Quem és tu, oh homem?
Que com tão pouca idade
Já transportavas, como um agente da paz,
Armas para o povo salvar
Quem és tu, oh homem?
Que na juventude
Já compreendias as mudanças da lua
Já vias e vivias a dor de um povo
Cantas a liberdade
A liberdade que só tu compreendes
Como é de magia o seu cantar
Canta, homem, que tanto deste por teu povo
Canta, pois tão belo como o sabiá
É o teu cantar
Este som tem o tom
De amor à paz
Quem és tu?

Andocides Gomes
Florianópolis - SC

Vida presente

(a Frederico Sérgio)

Nada posso te dizer
a poesia começa onde termina a literatura
frêmito fragmento fábula do silêncio
sei que a morte trabalha neste chão
mas sei também que o coração gira
gira no fogo das acácias
gira com o tempo
gira como a Rosa Vermelha em tua mão
Esta é a vida
iluminada de verdade fome fúria
abre caminhos na luta comum
e a mais simples palavra desentranha
um fio de esperança na máscara do dia
descobre o homem -
viajante e bússola dos sonhos

Carlos Lima
Rio de Janeiro - RJ

Prioridade

A se confirmarem as expectativas de nova correlação de forças em âmbito internacional, as estratégias de desenvolvimento político, social e econômico não virão da bipolarização Estados Unidos e Moscou, mas dos países em desenvolvimento, onde o predominante será a valorização dos movimentos comunitários, o fortalecimento da classe operária, das minorias de grupos étnicos, o combate ao racismo e a descentralização dos grandes partidos em favor do pluralismo.

Nesse regime popular e democrático, a economia será forte à custa do fortalecimento da agricultura e do trabalhador rural. Neste contexto, os pobres terão novas oportunidades e as necessidades humanas serão uma constante. Por isso é importante a congruência dos partidos marxistas-leninistas nesta luta contra o capitalismo neoliberal que esfacelou o proletariado. Em caráter emergencial devemos exigir dos governos que se criem ou relaxem algumas leis e normas imobiliárias de construção. No âmbito agrário, que se torne possível aos sem-teto e sem-terra construir sua moradia e plantarem.

Paulo F. de Assis Filho
Cotia - SP

O Meridional é nosso!

Jussara Cony

Deputada estadual pelo PCdoB-RS

O governo Itamar Franco retoma o processo de privatização e alienação do patrimônio público, iniciado pelo projeto neoliberal de Collor. Nessa retomada, incluem-se os planos de privatização do Banco Meridional, uma instituição federal intermediária, com reduzido número de funcionários e, principalmente, lucrativa. Um verdadeiro filé mignon para os grandes banqueiros.

Essa privatização já começou há tempos, pelo processo de desmonte do Meridional: de mais de 400 agências, restam somente 256. O número de funcionários caiu de 16 mil para 12 mil. Mesmo assim, ainda é o 16º banco no país, com 141 agências no Rio Grande do Sul. Em 1992 obteve um lucro de US\$ 14,3 milhões e no primeiro semestre de 1993, de US\$ 19 milhões.

Privatizar o Meridional significa aumentar o desemprego, fechar agências e terminar com conquistas sociais. É liquidar o banco. É consolidar o sucateamento de uma instituição que foi levantada, passou a ser empresa exemplar e lucrativa, devido à disposição de seus funcionários e ao socorro do Estado, via população gaúcha.

É preciso ficar claro que a luta contra a privatização do Meridional não é corporativista. Trata-se, isto sim, da defesa da economia da Região Sul e de um sistema financeiro voltado ao fomento da pequena e média atividade econômica.

Este é o único banco da União com sede no Rio Grande do Sul, sendo que apenas 20% do total de seus rendimentos provém do giro de títulos do governo federal. O restante é consequência de suas operações financeiras regulares.

Temos de questionar se ainda existirá o Meridional ao fim do processo de privatização: o simples anúncio desse intento pode levar a uma corrida ao banco, para retirada de investimentos. Corre-se o risco da alienação ocorrer antes da venda.

Precisamos tornar o Meridional um banco múltiplo que se caracterize como fonte de investimento. Especialmente pelo advento do Mercosul. Por isso, temos de cerrar fileiras em sua defesa, resistindo às pressões de monopólios. O governo do Estado e a Assembleia Legislativa já têm posição anunciada em favor do banco. Os funcionários do Meridional, os bancários e suas entidades (Sindicato e Federação) têm se destacado na busca da construção de um amplo movimento que evite a privatização de uma empresa lucrativa e organizada.

Sem dúvida, nesse momento, a unidade, a luta, a mobilização farão ecoar no Rio Grande do Sul, na Região Sul e em todo o país, o brado dos que defendem a soberania da Nação: o Meridional é nosso, assim como o Brasil é nosso!

Editorial

Por trás da cena...

Ferve o caldeirão de impasses enfrentados pelo governo Itamar. De um lado, a derrota sofrida no Congresso com a aprovação de 100% da inflação para o reajuste mensal, duro golpe no plano FHC. De outro, a crise desencadeada desde a decretação da prisão preventiva de PC Farias e sua fuga suspeita, bem como o descontentamento na Polícia Federal, que se rebelou ainda mais com a indicação do coronel reformado do Exército, Wilson Romão, para seu diretor-geral. A trégua de 30 dias acertada entre o ministro da Justiça, Maurício Correia, e os superintendentes da PF não acalmou totalmente os ânimos. Nem Romão aceita sair da direção-geral, nem os agentes da PF abdicaram de sua greve que se efetivou no dia 15, conforme o anunciado. São fatos que contribuem para um desgaste ainda maior do governo, cada vez mais cedente às pressões dos poderosos, que vão posicionando as peças do xadrez para um controle absoluto do jogo.

Enquanto isso, o ministro da Fazenda esperneia com o ajuste mensal de 100% e pressiona o governo para um veto impopular. Avança implacável em sua campanha de desmoralizar e inviabilizar as empresas estatais e "justificar" seu plano

privatizante, atestando, tanto num caso como no outro, o seu papel de representante-mor do projeto neoliberal no Brasil.

Os olhos do povo vão ficando claro por onde navegar nesse mar de pressões, em busca de seus interesses. Já na primeira votação do reajuste mensal, os trabalhadores ocuparam as galerias da Câmara para garantir a vitória. Agora, não vão aceitar o veto à conquista dos 100%. O povo também não é bobo para não perceber que o esconde-esconde de PC é acobertado por grandes interesses e não foge à regra da impunidade dos poderosos. Cresce a justa indignação da população que põs abaixo um presidente corrupto e agora exige o encarceramento de toda a sua gangue.

A posição oficial da OAB como o lançamento de uma campanha nacional contra a revisão constitucional e em defesa da Constituição é mais um indicativo de que a sociedade civil começa a sair da intranquilidade para a ação contra essa trama que tem um mesmo fio: enquadrar a qualquer custo o Brasil nos moldes neoliberais, com a dilapidação de sua soberania, o desmonte do estado nacional e a miséria do povo brasileiro.

Ter em mente as lições de Marx

Nivaldo Santana

Da Coordenação Nacional da CSC

Com 206 votos favoráveis, 139 contra e cinco abstenções, a Câmara dos Deputados aprovou, no último dia 13 de julho, a proposta de reajuste mensal de salários de acordo com a inflação. Para o salário mínimo aplicar-se-á também um aumento real de 3% ao mês.

Tão logo soube da votação, Fernando Henrique Cardoso, o novo paladino do neoliberalismo tupiniquim, trombeteou que o governo vetará a proposta, em mais um ato de rendição de Itamar às imposições do FMI, que cobra do país um ajuste das contas públicas através de mais arrocho, mais desemprego, mais miséria etc.

Para confundir a opinião pública, surgem as mais estapafúrdias análises econômicas. Desenterra-se do baú das cretinices a velha cantilena de que os salários provocam inflação e corroem os recursos públicos.

Mas os trabalhadores conscientes devem ter sempre na memória a famosa palestra de Karl Marx à Associação Internacional dos

Trabalhadores, posteriormente publicada sob o título de **Salário, preço e lucro**, onde ele afirmava (em 1.865!) o seguinte:

"1. Uma alta geral da taxa de salários acarretaria uma baixa da taxa geral de lucro, mas não afetaria, em linhas gerais, os preços das mercadorias.

2. A tendência geral da produção capitalista não é para elevar o padrão médio de salários, mas para reduzi-lo.

3. Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham, em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas, são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de no mesmo tempo se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado".

Ou seja: Marx sintetiza questões da maior atualidade, onde vincula os salários não com os preços, mas com os lucros (daí a reação irada da burguesia contra os salários), mostra a tendência decrescente dos salários e aponta para os trabalhadores as tarefas e os limites de ação sindical, cuja resistência contra a escravidão assalariada não deve servir a um fim em si mesmo, mas como uma etapa importante de acumulação de forças rumo à "abolição definitiva do trabalho assalariado".

CAPITALISMO
REDUZ PADRÃO
MÉDIO DE
SALÁRIOS



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

CRÔNICA DE Brasília

Penas de pavão de Krishna

Jefferson Barros

Às vésperas do recesso de inverno, o placar eletrônico da Câmara registrava a presença de alguns fantasmas, ou melhor, a permanência em vida ativa de alguns personagens dados por mortos. Para desdoro do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que perdeu algumas penas do pavão com duas derrotas parlamentares na nova lei salarial, um destes renitentes *nosferatus* (não vivos, mas também não mortos) presentes no resultado das votações era o ex-governador de São Paulo, Orestes Quércia. Em menos de 15 dias, Quércia sugou duas vitórias parlamentares, ambas arrancando as penas do ministro e de seu plano de estabilização econômica.

Manobra esperta. A primeira vitória decorreu de uma esperta manobra do líder do PMDB na Câmara, deputado Genebaldo Corrêa. Abriu mão de qualquer cargo na comissão mista da Lei das Diretrizes Orçamentárias. Menos do relator e, para este, indicou o deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP), do MR-8 e fidelíssimo ao esquema quercista. Isto é, tornou-o o árbitro quase absoluto dos cortes de 6 bilhões de dólares, exigidos por Fernando Henrique para fazer seu "make up" restaurador nas finanças do Estado, até transformá-las em tão sedutoras quanto uma Sharon Stone para apresentá-las e presentear-las aos seus patrões do FMI. Quer dizer, ficou nas mãos de Quércia, arquiinimigo do ministro e do "Oito", truculento inimigo das privatizações e do FMI, o destino do Plano.

Quórum indicativo. Mas a situação sempre pode ser pior. Ou política é como navegar contra a correnteza: ou se vai para frente ou se vai para trás, parado não se fica. O iluminado ministro depois de duas derrotas parlamentares - a indicação do relator na comissão da LDO e a aprovação pelo Senado da nova lei salarial - poderia, pelo menos, desconfiar de que suas exposições de penas explícitas não estavam agradando e, talvez, o Governo se tivesse resguardado de nova derrota parlamentar. Nada disto. Na terça-feira, 13 de julho,

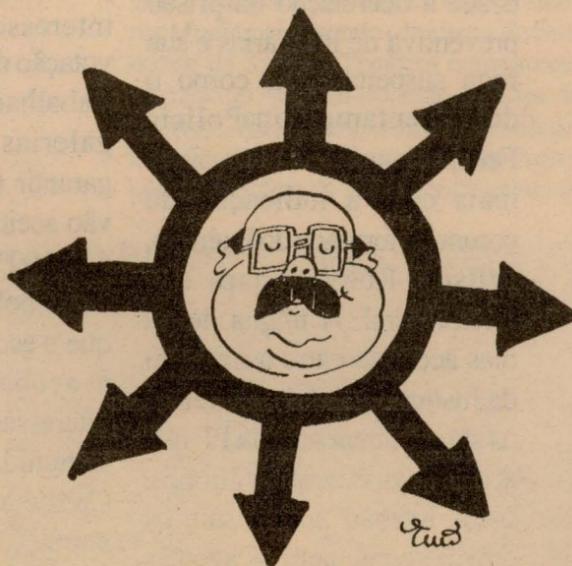
o quórum indicava a presença de 350 deputados na Câmara. Para votar um projeto de alta taxa de interesse popular. Exatamente o da lei salarial. Qualquer líder do Governo desconfiaria deste quórum e da derrota nele embutida. Menos Roberto Freire (PPS-PE). O ex-Partidão, empurrado pela obstinação vaidosa de seu ministro da Fazenda, só percebeu a derrota quando o placar registrava 206 votos a favor e 139 contra (com 5 abstenções) aprovando a nova Lei Salarial, com garantia de 100% de reajuste sobre as inflações mensais. "Faltou base parlamentar para o Governo" - lamentou Freire. Agora, para cumprir o que o FMI exige - isto é, déficit público zero - só resta um caminho para Itamar: o veto impopular.

O Plano FHC acabou. O que o governo, Fernando Henrique e Roberto Freire parecem não ter visto, antes da votação de terça, foi o que se estampou no resultado: a ativa presença de dois fantasmas, dados por mortos para a política brasileira: José Sarney e Orestes Quércia. Como os do velho rei, na tragédia de Hamlet, eles assumiram o enredo e a ação e determinaram os destinos até o amargo fim. O Plano Fernando Henrique acabou. Não porque os salários serão reajustados em 100% (afinal, isto é uma necessidade urgente dos trabalhadores e um simples veto de Itamar deixará a situação como está), mas porque esta votação comprova aquilo que, com sensatez, o líder do Governo percebeu após a derrota: o Governo não tem base parlamentar; e sem base, não tem política viável.

Obstinação perigosa. É o Plano de Fernando Henrique que não tem base política viável; e não tem por não ter base social; e esta lhe falta porque se opõe, quase em conjunto, à sociedade brasileira como um todo. Neste sentido, apesar dos sufrágios decisivos dos fantasmas, o comportamento da Câmara nesta votação foi muito ligado ao mundo real, dos vivos. A oposição ao Plano Fernando Henrique não é coisa de políticos. É coisa de quase toda a sociedade, a começar pelos trabalhadores e pelos setores econômicos produtivos. Isto obriga o Governo a buscar alternativas. No entanto, a primeira resposta do próprio Governo foi a coletiva de Itamar, reafirmando o seu aval ao ministro da Fazenda. Obstinação perigosa, pois numa democracia é impossível governar contra a vontade da maioria. Esta tem sido a regra, sem exceção. A não ser... Mas isto já será outra crônica.

Violência suspeita

▼ Alagoas voltou ao centro das atenções políticas nas últimas semanas por dois motivos que se interligam: a intervenção do Exército na Polícia Militar do Estado, e a fuga de Paulo César Farias antes mesmo da decretação de sua prisão preventiva



O esquema de pistolagem - crimes por encomenda - tem estreita conexão com o poder político em Alagoas. Não é à toa, por exemplo, que PC tinha à sua disposição, até pouco tempo atrás, um "corpo de guarda" de 19 PMs, escolhidos a dedo, especialmente destacados pelo comando da corporação para dar segurança ao gangster mais famoso do país. E a história de sua fuga e sumiço prolongado se explica pelo acobertamento de empresários que não têm nenhum interesse em ver PC na cadeia. Ele tem enorme poder de chantagem sobre boa parte do empresariado nordestino e brasileiro.

Desde o dia 9, a Polícia Militar de Alagoas está sob intervenção do Exército. Até o final da semana passada nenhum dos mais notórios chefes de grupos assassinos dentro da corporação havia sido detido. Dois deles - que participaram do fuzilamento do delegado Ricardo Lessa, há quase dois anos - fugiram na semana passada, numa estranha escapulida ao mesmo tempo em que eram presos sete PMs e três policiais civis, membros de uma gangue de pistolagem do interior, desbaratada pelo novo secretário de Segurança.

É voz corrente em Alagoas que Geraldo Bulhões governa o estado como Duvalier governava o Haiti: com a família e a polícia. Os "tonton macoutes" dos anos 90 se materializaram na Polícia Militar do Estado, uma instituição que foi "inchada" com a contratação de mais oito mil homens, que dobraram seu efetivo nos dois últimos anos, e a compra de armamento pesado (bélico mesmo, segundo informações que circulam internamente) que lhes dão um poder de fogo e intimidação inédito.

Promotores de Justiça denunciavam que entre os oito mil contratados pela PM estão notórios assassinos. Muitos deles já haviam sido expulsos da própria corporação por seu envolvimento na pistolagem. O Ministério Público apurou (e o ex-secretário de Segurança, Wilson Perpétuo, confirmou na CPI da Pistolagem da Câmara dos Deputados) que 80% dos mais de 600 assassinatos encomendados nos últimos dois anos foram perpetrados com participação de policiais militares.

Escudeiro de Collor. Assim, a violência em Alagoas ganhou um aspecto diferenciado da violência que reina no país. Se esta última tem cunho de desespero social frente à crise, a miséria, a falta de perspectivas, em Alagoas a violência é premeditada, institucionalizada. Tornou-se uma arma do aparelho de Estado e faz parte dele.

Geraldo Bulhões, o último dos escudeiros

de Collor a proclamar-se como tal, instalado num governo estadual inverteu a forma de dominação em Alagoas. Se antes uma oligarquia de usineiros e "caciques" do Sertão mandava e desmandava, hoje o Estado oligarquizou-se: é a própria oligarquia chapa-branca. A PM é o braço armado.

Dentro da corporação, quadrilhas de matadores, com seus chefes, foram se transformando e ganhando poder. Subverteu-se até mesmo a hierarquia das patentes: há soldados e cabos, ou oficiais de baixa patente, que "mandam" em superiores, ou por terem papel destacado na matança ou por dominarem segredos que comprometem os de cima. Aqui e ali ocorrem mortes para "queima de arquivo" na silenciosa disputa interna entre os grupos de matadores.

O aumento da onda de crimes políticos foi provocando tensão no Estado, e indignação nos setores mais esclarecidos e organizados da sociedade. O alvo principal dos protestos e denúncias foi o comandante da PM, coronel Nilton Rocha, que planejou e executou a política de "inchar" e armar até os dentes a corporação. Prisões, seqüestros, assassinatos brutais começaram a se suceder.

A oposição que aglutina o centro-esquerda e as correntes progressistas, é um dos alvos dessa investida. O prefeito Ronaldo Lessa, eleito com mais de 70% dos votos no segundo turno contra o esquema Bulhões/Collor, tem recebido ameaças de morte. A indignação foi tomando conta da população, na capital e no interior. Criou-se o Fórum Contra a Violência, que reúne a OAB, partidos políticos, sindicatos, entidades comunitárias e a Igreja. As denúncias foram se avolumando e ganhando espaço na imprensa, até então intimidada e chantageada economicamente pelo Governo do Estado - o maior anunciante.

Terceira força. Não existem mais dúvidas de que, se a violência em Alagoas é de caráter político, há um determinante para que ela tenha crescido a ponto de fazer o estado regredir aos tempos brutais dos anos 40 e 50. É o crescimento da chamada "terceira força", o pólo político que se uniu para a vitória de Ronaldo Lessa em Maceió. Foi uma vitória tão maiúscula que deixou as forças tradicionais da política alagoana aparalhadas. Hoje não se pode mais discutir a sucessão estadual, ou os rumos políticos do Estado, sem levar em conta o peso deste pólo, que na eleição do ano passado aglutinou PSB, PCdoB, PT, PDT, PSDB e uma parcela mais avançada do PMDB.

A violência institucionalizada é, também, uma reação a esta nova realidade, que foge ao controle dos manda-chuvas tradicionais da terra. A pressão popular deflagrada pelas denúncias do Fórum Contra a Violência - e apoiada pela Prefeitura - provocou resultados e reações no governo estadual. Bulhões armou uma farsa: demitiu o secretário de Segurança e o comandante Rocha da PM. Mas, de fato, pouca coisa mudou: o comando da PM foi entregue a um fiel subalterno do ex-comandante. Este, por sua vez ganhou uma promoção: foi nomeado chefe do Gabinete Militar de Bulhões, instalado dentro do Palácio dos Martírios, comandando na prática não só a PM como toda a política de segurança do Estado.

Repercussão das denúncias. A manobra ganhou destaque nacional. As denúncias continuaram e repercutiram até em Viena, na Áustria, onde o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, participava de uma Conferência da ONU sobre direitos humanos.

A indignação popular, que tem no Fórum Contra a Violência seu canal institucional e nos partidos progressistas seu porta-voz político, tem mostrado que o "governo haitiano" de Bulhões e seus *tonton macoutes* estão caindo em desgraça política. Uma vitória das oposições já é considerada hoje como realidade palpável nas eleições de 94, pela desorganização administrativa, os baixos salários, o desemprego crescente, as denúncias de corrupção. A violência institucionalizada será, sem dúvida, o tema decisivo na campanha oposicionista do ano que vem. E as forças progressistas, notadamente os partidos de esquerda, ganharam força e respaldo popular durante o ano passado, quando se enfrontaram no enfrentamento do Estado-oligarquia. (da Sucursal de Alagoas)

OAB quer impedir revisão

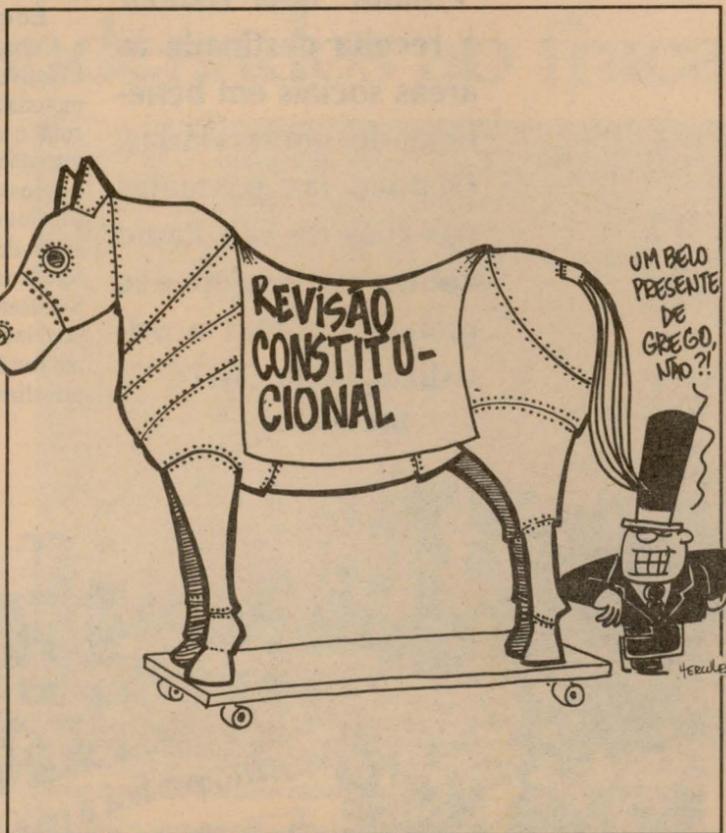
▼ Movimento lançado pela Ordem dos Advogados do Brasil pretende mobilizar a sociedade para barrar a revisão constitucional e aglutina partidos, entidades e os trabalhadores rurais, que têm Dia Nacional de Luta em julho

Sueli Scutti

A OAB lançou no dia 1º de julho em Brasília o Movimento em Defesa da Constituição e distribuiu nota pública na qual informa que a Ordem vai utilizar de todos os meios legais para defender a Constituição e o Estado Democrático de Direito contra "pretextos e interpretações cavilosas que desejam dar poder constituinte originário a um Congresso em fim de mandato." A OAB entende que o atual Congresso é ilegítimo para fazer a revisão constitucional pretendida por vários grupos políticos conservadores. Além disso, a revisão só entraria em pauta se tivesse havido mudança do sistema e da forma de governo no plebiscito feito em abril passado.

O presidente da Ordem, José Roberto Batochio, informa que já existem 32 projetos de reforma constitucional, a maioria preparada por pessoas e grupos que desejam alterar a Constituição. Para estudar o assunto, a OAB criou uma comissão de juristas, presidida por Evandro Lins e Silva e coordenada por Sérgio Sérulo da Cunha, que informa a intenção da Ordem: recompor a frente de entidades civis que se uniram pelo impeachment de Collor. Sérulo avisa que a OAB está promovendo palestras para mobilizar a opinião pública a respeito da polêmica.

Nova Carta. Batochio esclarece que a idéia é criar um forte movimento na sociedade contra o



risco de uma revisão feita por um Congresso conservador e não eleito para tal fim. O temor é de que se aproveite o momento não para pequenos ajustes na Carta, mas para se fazer uma nova Constituição, adequada aos interesses dos grandes grupos econômicos liderados pelo capital estrangeiro, insatisfeitos com as já poucas garantias sociais, democráticas e nacionalistas inscritas no texto constitucional brasileiro.

O movimento contra a revisão aglutina vários setores sociais como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o PT, PCdoB, PDT e o PSB. Estes partidos já decidiram entrar com ação junto ao Supremo Tribunal Federal contestando a revisão.

A cruzada contra a reforma ganhou apoio do 5º Congresso Nacional de Trabalhadores em Telecomunicações, realizado em Belo Horizonte de 8 a 11 de julho. Os trabalhadores não aceitam a quebra do monopólio estatal no setor. Também a Petrobrás se mobiliza pela manutenção do monopólio do Estado nas

atividades petrolíferas. A estrutura da empresa está sendo acionada para preparar documentos com argumentações a favor dessa posição. Com a posição oficial da OAB e sua entrada na campanha contra a reformulação constitucional, a luta ganha novo estímulo.

Falso argumento. O PCdoB tem posição contrária à revisão, conforme nota do Comitê Central publicada na edição número 102 d' *A Classe*. Argumenta o partido que "sob a falsa alegação de que a Constituição estaria ultrapassada e de que seria um obstáculo ao desenvolvimento do país, à sua estabilidade política, o que pretendem, na verdade, é o desmonte do Estado Nacional e sua reestruturação conservadora, de conformidade com os planos imperialistas no quadro da chamada nova ordem mundial." Na opinião do partido está em jogo uma disputa entre os que querem manter e aperfeiçoar as conquistas da Carta de 1988 e os que querem suprimir essas conquistas e abrir completamente o país ao controle externo.

O PCdoB entende que a revisão é parte de um projeto das classes dominantes para implantar no Brasil o neoliberalismo, mascarando as reais causas da inflação, da recessão, da fome, do desemprego, dos baixos salários e da concentração de renda que caracterizam a desesperadora realidade brasileira.

Movimento se alastra. Toda essa movimentação mostra seus primeiros resultados positivos. O *Jornal do Brasil (JB)* do dia 4 de julho dedica uma página ao assunto e reconhece que se alastra a campanha contra a mudança constitucional. O artigo começa dizendo que "A tímida resistência contra a revisão constitucional este ano, sustentada por um grupo minoritário no Congresso, começa a ganhar fôlego" e segue admitindo que o grupo minoritário não é tão pequeno quanto pretendem fazer parecer.

A campanha liderada pela OAB foi duramente criticada pelos meios de comunicação conservadores, especialmente pelos grandes jornais, que dedicaram matérias e editoriais a condenar a Ordem. Caso do *Estadão*, ao insinuar que a OAB se tornou caudatária do PT. Ou do próprio *JB*, que tachou o Movimento em Defesa da Constituição de "denúncia vazia".

Em pronunciamento na Câmara dos Deputados no dia 7 de julho, o líder do PCdoB, Aldo Rebelo, congratulou-se com a OAB por sua decisão de desencadear a campanha e repudiou a revisão constitucional por tratar-se "de um golpe branco contra os direitos sociais do nosso povo e contra a própria Constituição."

Golpe de Estado. O deputado federal Fernando Lyra (PDT-PE), ex-ministro da Justiça, também se pronunciou na Câmara no dia 7 de julho e lembrou que foi o plebiscito que inspirou o dispositivo da revisão. "O que estou sustentando", diz ele, "é que sem o plebiscito não teria aparecido a revisão." E continua: "E independentemente da vontade de seus autores, o certo é que a ordem: plebiscito e depois revisão - facilita o intérprete quando afirma que a revisão se limitava a dar sequência ao plebiscito."

O plebiscito não mudou nem forma nem sistema de governo. Portanto, deduz Lyra, "Não há autorização da população para mudar nada por via de revisão."

O deputado acusa os revisionistas de quererem entrar com um "Cavalo de Tróia" na Constituição de 1988 e conclui seu argumento afirmando que a "revisão ampla, como querem os altos interesses, os pequenos interesses e os equivocados de boa fé, constitui um verdadeiro e clássico golpe de Estado." E aproveita para conclamar as forças democráticas a afastar essa ameaça "com respeito à intangibilidade do pacto constitucional."

Fiesp quer revisão em outubro

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Carlos Eduardo Moreira Ferreira, quer manter a revisão constitucional e argumenta que "muita coisa entrou na Constituição de 1988 por emocionalismo." Sob a coordenação da Fiesp funciona o grupo de Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro (EBCE) que considera a atual Constituição xenófoba, estatizante e impeditiva à "modernização" do país. Diante da decisão da Ordem dos Advogados do Brasil de realizar campanha contra a revisão, o capital estrangeiro

responde com a entrada das entidades empresariais em campanha pela revisão. Entre os pontos que o grande empresariado quer mudar na Carta brasileira estão:

- monopólio estatal sobre o petróleo, gás natural e telecomunicações - distinção entre as empresas brasileiras de capital nacional e as estrangeiras - nacionalização do subsolo, que garante sua exploração às empresas brasileiras de capital nacional - direito de greve - estabilidade do funcionalismo público - aposentadoria por tempo de serviço.

Camponeses preparam campanha

Sob a liderança da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), os trabalhadores do campo preparam estratégia contra a revisão constitucional. Entre suas prioridades estão:

- mobilizar os estados e municípios para o Dia Nacional de Mobilização em Defesa da Constituição em 25 de julho - criar Comitês de Defesa da Constituição nos estados, cuja tarefa, entre outras, é pressionar os congressistas em suas

bases e entregar-lhes um documento das Federações dos Trabalhadores na Agricultura - fazer palestras sobre o assunto e convidar deputados para expor suas opiniões - integrar os aposentados nas mobilizações - produzir cartazes e folhetos e utilizar espaços em programas de rádio.

As palavras de ordem escolhidas são: "Reformulação sim, revisão não" e "Terra, água, pão, revisão não".

Privatizar Pedro II elitiza o ensino

Paulo M. Bartholo Júnior

Professor e advogado - RJ

Como cidadão brasileiro, pagador de impostos, consciente da perversa realidade de nossa sociedade e educador, não posso conter a mais viva indignação diante da ideologia oligárquica, tacitamente defendida pelo magnífico, insigne e doutor reitor (vide conceito de senso comum de Gramsci) do colégio São Bento, Dom Lourenço de Almeida Prado, em artigo sob o título "Privatização e educação", publicado no *Jornal do Brasil* de 15 de maio passado.

Ao fazer veemente defesa da desestatização da educação, o articulista revela sua intimidade com a educação elitista, à qual sempre serviu o colégio por ele dirigido, pois sugere, como primeiro alvo de sua proposta privatizante, o Colégio Pedro II. Logo o Pedro II, que recebe alunos de todo o Grande Rio, de diferentes camadas sociais e raças, crianças e jovens, uma verdadeira radiografia do universo social a que atende.

Logo o Pedro II, cujos professores são selecionados por concurso público pleno de provas e títulos, a cujos professores não é feita exigência de credo religioso ou de pensamento político, dos quais se exige, sim, competência profissional. Logo o Pedro II, formador de indivíduos capazes de pensar criticamente, de entender a realidade opressora da sociedade brasileira, cuja má distribuição de renda só é superada por dois países: Honduras e Serra Leoa. Mesmo assim, ainda há quem defenda a privatização da escola pública, um raro, ainda que falho, degrau de acesso social no país, certamente com receio da consciência dos que se tornam capazes de lutar para transformação de tal sociedade...

Logo o Pedro II, cuja permanência na órbita federal, grande vitória da Educação, está prevista na Constituição federal, o qual, por não agasalhar interesses dos privatistas, o articulista pretende passar, quem sabe, às mãos de alguma multinacional do ensino. Coisa de olho gordo.

É público e notório que a educação no país vai mal. É antiga a falta de interesse do poder público pela implantação de uma política educacional de abrangência nacional, eficiente. A falta de condições de aprimoramento profissional e a baixa remuneração (professor universitário em início de carreira, em regime de 40 horas semanais ganha menos que um terceiro sargento) colaboram para piorar a situação. Falta, acima de tudo, vontade política para fazer a educação acessível a todas as camadas sociais.

Educar é tarefa libertadora, tarefa fundamental dos professores autênticos e requer consciência crítica e vontade de transformar, de abrir a sociedade a todos e não apenas àqueles que dispõem de meios econômicos para pagar os serviços de escola.

BANCADA Comunista

Novo horário

A deputada federal Jandira Feghali, PCdoB-RJ, apresentou projeto de lei ampliando o horário de atendimento dos bancos em todo o país com a intenção de diminuir os transtornos causados pelas filas nas portas das agências e para possibilitar o aumento de empregos no setor. Pelo projeto os bancos passam a funcionar de 9 às 17 horas, num total de oito horas diárias, sem aumento da carga horária dos bancários.

Liberdade

Na Câmara dos Deputados, Renildo Calheiros (PCdoB-PE) condenou o substitutivo do senador José Fogaça, sobre a Lei dos Partidos, que pretende limitar a liberdade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos, assegurados pela Constituição federal.

Na Paraíba, os líderes do PMDB, PSB, PSDB, PDT, PFL, PPR e PT na Assembléia Legislativa assinaram requerimento do deputado Simão Almeida (PCdoB) apelando ao Senado para que apóie o texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Em São José dos Campos (SP), a Câmara Municipal aprovou moção do vereador João Bosco (PCdoB) solicitando ao Congresso Nacional que rejeite o projeto de Fogaça.

Também a Câmara Municipal de Aracaju (SE) aprovou moção do vereador Edvaldo Nogueira (PCdoB) em defesa da liberdade partidária, condenando a proposta de Fogaça.

Odontologia

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou substitutivo ao projeto do vereador Vital Nolasco (PCdoB), que autoriza a prefeitura a implantar atendimento odontológico em cooperação com faculdades de odontologia, escolas de prótese, entidades filantrópicas e com a iniciativa privada. O atendimento abrange as áreas de assistência pré-escolar, escolar e adulta e beneficiará também os trabalhadores desempregados e aqueles com renda familiar de até cinco salários mínimos, bem como os aposentados.

Indígenas

Foi aprovada pela Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados a regulamentação da demarcação de áreas indígenas. O substitutivo, da relatora Socorro Gomes (PCdoB-PA) ao projeto original da deputada Teresa Jucá,

foi aprovado por unanimidade na Comissão e garante critérios técnicos para demarcação das terras dos índios. A aprovação é determinante para a votação da lei conhecida como Estatuto do Índio, em debate na Câmara federal.

Sobretaxa

A Assembléia Legislativa do Amazonas aprovou moção do deputado Eron Bezerra (PCdoB) denunciando a sobretaxação das importações de aços planos brasileiros pelos Estados Unidos. Recentemente o Departamento de Comércio americano sobretaxou as importações de aços brasileiros numa medida protecionista que contradiz a propalada livre concorrência. Conforme Eron, esta é apenas mais uma prova de que os países que detêm tecnologia vêm procurando alijar os países em desenvolvimento excluindo-os do mercado mundial e tornando-os meros consumidores dos produtos produzidos no exterior e exportadores de matérias-primas.

Iraque

O deputado federal Haroldo Lima (PCdoB-BA), juntamente com outros sete deputados de vários partidos, visitou a Embaixada do Iraque no Brasil para manifestar solidariedade ao povo daquele país, vitimado pelos ataques dos Estados Unidos.

Moções

A Câmara Municipal de Santa Maria (RS) aprovou por unanimidade três moções da vereadora Maria Gessi (PCdoB): a primeira é "Contra a privatização do Banco Meridional"; outra é "Em defesa da liberdade partidária", condenando o projeto do senador Fogaça; e a terceira é de "Repúdio à intervenção na soberania de um país", sobre o bombardeio americano ao Iraque.

Energia

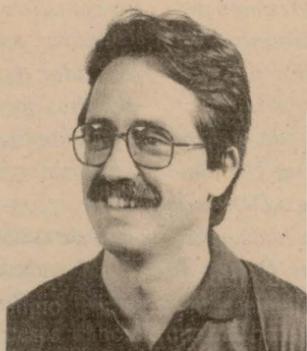
Ocorreu na Câmara Municipal de Campinas, SP, no dia 9 de julho, o seminário "Campinas Pensando Energia e Meio Ambiente", numa promoção conjunta dos gabinetes dos deputados Aldo Rebelo (federal) e Denis Carvalho (estadual) e do vereador campineiro Sérgio Benassi, todos do PCdoB, com a Área Interdisciplinar de Planejamento Energético da Unicamp; Ciatec (Secretaria de Planejamento da Prefeitura); Proesp (Associação Protetora da Espécie); e Conselho Municipal de Desenvolvimento de Campinas.

Plano FHC

O vereador Aldo Arantes (PCdoB de Goiânia-GO) fez pronunciamento na Câmara Municipal condenando o plano econômico do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Aldo destacou que "o ajuste fiscal joga o ônus do combate à inflação em cima do povo, deixando de fora os principais beneficiários dela, o grande capital nacional e estrangeiro, especialmente o capital financeiro." E afirmou que

Goiás sofrerá bastante com os cortes de verbas que o ministro está fazendo.

O Estado perderá 470 milhões de dólares destinados a escolas, hospitais, saneamento, construção de casas e agricultura.



Aldo Arantes

Vias da desumanidade

▼ Maluf quer reduzir a receita destinada às áreas sociais em benefício de obras viárias. O povo faz passeatas nas ruas de São Paulo contra esse projeto e se mobiliza contra a privatização da CMTC

Marcos Ruy



Manifestação contra Maluf em São Paulo

Aos gritos de "fora Maluf", cerca de 20 mil pessoas manifestaram-se contra a proposta de readequação orçamentária para 1993, feita pelo prefeito de São Paulo. Os manifestantes saíram da Praça da Sé, em passeata até a Prefeitura, no Parque Dom Pedro II, no dia 7 de julho. O protesto foi organizado pela Coordenação dos Movimentos Populares de São Paulo e contou com o apoio de cerca de 50 entidades, inclusive a CUT, o PT e o PCdoB. Paulo Maluf, pasmem, resolveu tirar dinheiro da já magra receita destinada às áreas sociais, em benefício de obras viárias. Para ele os carros valem mais que as pessoas. Os sete meses da administração malufista foram suficientes para mostrar a verdadeira face do prefeito

Torturadores nunca mais

Fato número 1: por decreto de 18 de junho de 1993, publicado no *Diário Oficial* do dia 21, o presidente da República Itamar Franco resolveu condecorar com o grau de cavaleiro, por relevantes serviços prestados à nação e às Forças Armadas, o coronel R/1 Dalmo Lúcio Muniz Cyrillo.

Fato número 2: no dia 7 de julho o presidente da República nomeou para o cargo de subsecretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), ex-SNI, Afonso Antônio Marcondes.

Quem são esses personagens? Dalmo Lúcio Cyrillo foi, à época da ditadura militar, subcomandante da Operação Bandeirantes (OBAN), o tristemente famoso DOI-CODI, órgão de repressão a presos políticos. Ali sucumbiram, sob as mais bárbaras torturas, muitos patriotas, democratas, revolucionários e comunistas, inclusive com a participação direta do então capitão de artilharia Dalmo Cyrillo. Entre os trucificados pelo torturador está o querido e inesquecível dirigente do Partido Comunista do Brasil, Carlos Nicolau Danielli. São fatos constantes da criteriosa pesquisa do Projeto Brasil: *Tortura Nunca Mais*, feita sob os auspícios da Arquidiocese de São Paulo, que descreve também o caso de Virgílio Gomes da Silva, igualmente morto sob tortura. Virgílio foi preso com a esposa e três filhos: dois meninos de oito e seis anos e um bebê de quatro meses. Aos dois meninos

que sempre serviu às elites.

É o que revela a sua proposta de privatizar a Companhia Municipal de Transporte Coletivo (CMTC). Não é à toa que os motoristas e cobradores de São Paulo contam com o apoio da população para barrar essa intenção privatista. Em sintonia com os interesses populares, o Sindicato dos Condutores do município decidiu liderar uma série de greves "bairro a bairro". Para fortalecer o movimento, no último dia 15, o Sindicato espalhou 50 outdoors pedindo à população que assinasse o abaixo-assinado pela realização de plebiscito para decidir sobre a privatização da CMTC.

Maluf quer abandonar as áreas sociais como saúde, habitação, educação e cultura, para privilegiar obras faraônicas que lhe rendem maiores dividendos. Assim, o Executivo municipal retrocede aos tempos da gestão Jânio Quadros, quando o movimento popular não teve vez e voz na Prefeitura. Pior que isso é que as obras de Maluf beneficiam somente as grandes empreiteiras e os grandes empresários. A continuidade do túnel do rio Pinheiros, iniciada por Jânio e paralisada por Luiza Erundina, e a extensão da Avenida

Brigadeiro Faria Lima são os projetos mais criticados pela sociedade civil paulistana.

No encerramento do ato do dia 7, uma comissão tentou ser recebida pelo prefeito para discutir essa proposta de novo orçamento, mas Maluf não os recebeu. Fugiu mais uma vez do debate. Nomes modiais sua Assessoria de Imprensa distribuiu um comunicado que classificou os manifestantes como "arruaceiros". Para Maluf, "os maiores inimigos das obras sociais na cidade de São Paulo são o PT e o PCdoB."

O prefeito parece sentir saudade do regime militar, quando não havia discussão, porque os partidos de esquerda eram clandestinos e as manifestações reprimidas. O protesto mostra que a população está mais ligada e que é mais difícil enganá-la. Junto aos partidos progressistas, o povo está alerta contra os desmandos de Maluf.

os torturadores diziam que os pais lhes haviam abandonado... o medo era tanto que eles dormiam agarrados sob o berço do bebê.

Afonso Marcondes era 2º tenente em São Paulo e também é acusado pelo trabalho do *Tortura Nunca Mais* de haver torturado presos políticos no interior do Estado.

Por que Itamar Franco condecora e nomeia para cargos importantes tais bandidos? A Constituição de 1988 insere no rol dos crimes hediondos a tortura e o Brasil é signatário da convenção internacional contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. Os atos do presidente da República, como diz com correção o professor Fábio Comparato, ferem frontalmente o espírito da lei e da convenção, são afrontosos à dignidade nacional e contradizem as sucessivas declarações do presidente condenando ditaduras militares.

Mas isso não é tudo. A condecoração e nomeação de tais bandidos se escoram, por assim dizer, na lei de anistia brasileira de 1979. A dignidade e a consciência democrática dos brasileiros não aceitam e não aceitarão jamais que crimes como a tortura e o trucidamento de presos políticos indefesos possam estar incluídos neste contexto. Os covardes torturadores de há muito deveriam estar aliçados de crimes e homenagens. Meyer diz isto Simão em benefício da democracia, pagar pelos crimes que cometeram.

Câmara derrota governo

▼ Apesar da forte pressão governamental, liderada pelo ministro da Fazenda, a Câmara dos Deputados aprovou a reposição integral da inflação nos salários a cada mês e impôs importante derrota ao plano FHC

Sueli Scutti

Por 206 votos contra 139 a Câmara dos Deputados impingiu forte derrota ao governo com a aprovação do reajuste mensal de salários com base em 100% da inflação do mês anterior e ganho real de 3% ao mês para o salário mínimo. A proposta abrange todos os trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas. O projeto original, do deputado Paulo Paim, já havia sido aprovado pela Câmara em junho. Na votação no Senado, dia 10 de julho, o projeto foi alterado para reposição de apenas 60% da inflação passada.

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, apressa-se em anunciar que o governo vai vetar o projeto. O todo-poderoso da economia aparece como o verdadeiro mandatário das decisões governamentais. Antes mesmo de o presidente da República receber o projeto para análise, FHC já dizia que Itamar Franco vai vetá-lo. Mas não é o único a fazê-lo. Seu colega da Previdência, Antonio Britto, confirma o veto a exemplo do líder do governo na Câmara, Roberto Freire.



Água no plano FHC. A aprovação da reposição integral é uma derrota especial dos planos neoliberais do ministro da Fazenda. É ele o maior portavoza do capital estrangeiro e do Fundo Monetário Internacional. É ele também a principal estrela da ação do executivo, deixando para o presidente o papel de figurante. O resultado da Câmara reflete a repulsa da população pelas "saídas" apresentadas pelo ministro, que em momento algum admite que o pagamento de bilhões de dólares aos banqueiros internacionais é inflacionário.

Mostra ainda que é inviável resolver os problemas brasileiros à custa de arrocho, recessão, desemprego, miséria e cortes de gastos na área social. O arrocho salarial é antigo no país. Vem de outras políticas salariais, foi acentuado com o governo de Collor e mantido com os projetos recessivos do atual chefe da Fazenda. Enquanto isso, a inflação vai às alturas e o ministro, vedete das classes dominantes, teve o atrevimento de propor ao Congresso uma

reposição de apenas 42% da inflação passada.

A Câmara dos Deputados não se dobrou às pressões de FHC. O deputado Paim declarou que "o governo foi prepotente o tempo todo". O ministro joga para as arquibancadas, no caso, os meios de comunicação. Fala muito, faz pregação do ideário neoliberal. Mas se esqueceu que seu discurso

carece de apoio popular.

A perguntinha. Por ter aprovado o reajuste de 100% da inflação, a Câmara vem sendo criticada por órgãos de comunicação, empresários e políticos da claqué de FHC. É oportuno reproduzir um trecho do artigo do jornalista Alon Feuerwerker na *Folha de S. Paulo* do dia 15 de julho:

"É mesmo fantástico o cinismo dessa gente. Mal passou o ajuste integral correram a anunciar, a implorar, a exigir o veto do presidente da República. 'A economia não aguenta!'. Ora, senhores, numa economia em que tudo sobe diariamente, por que não dar aos salários um tratamento igual, ou ao menos parecido?"

Seria interessante, a cada vez que um desses políticos, consultores e empresários viesse dar sua opinião sobre o assunto, fazer a seguinte pergunta: 'E o senhor, como reajusta os preços dos produtos de sua empresa e/ou dos serviços que presta?' Quantos resistiriam à singela perguntinha?"

Líder do PCdoB defende 100%

Ao encaminhar o voto da bancada do PCdoB a favor do reajuste de 100% da inflação, o deputado Aldo Rebelo fez pronunciamento reconhecendo que mesmo esta proposta acarreta perdas aos trabalhadores. Isto porque há uma defasagem entre a data do contrato e a do efetivo pagamento do salário, período em que o poder aquisitivo é corroído pela inflação.

Contestando o governo, Aldo declarou: "Prova maior de que o projeto da Câmara não é nenhum 'bicho-papão' é o fato de o setor automotivo e de autopeças já adotá-lo." E continua: "Além disso, a proposta do Senado de reposição mensal de 60% da inflação seria letra morta para 77% das empresas do Estado de São Paulo que já oferecem reajustes superiores a este."

Ao final, Aldo lembrou que na ótica governamental, permitir que o trabalhador diminua um pouco suas dificuldades coloca em risco a economia. "Esta é a lógica dos banqueiros, dos parasitas. Esta é a lógica do senhor Fernando Henrique. Não será, contudo, a lógica da Câmara dos Deputados."

O país das contradições

Carlos Chagas *

Somos o país das contradições, mas estranhamente, todas elas acontecem em proveito da minoria, contra a maioria. Tome-se a questão dos salários. Os preços aumentam todo mês, de acordo com a inflação ou, em muitos casos, bem mais. As taxas, tarifas e impostos são calculados em terríveis letrinhas, com o mesmo objetivo. Só os salários ficam congelados por dois meses, ou mais, já que a correção bimestral não beneficia a todos, mas, apenas, até um determinado teto.

Vem a Câmara dos Deputados e aprova o projeto de reajuste mensal obrigatório, reconhecendo, ainda que tardiamente, não poder o combate à inflação sacrificar a grande massa assalariada, sozinha, quando não sacrifica a produção, o comércio e os serviços. Seria algo linear, lógico e transparente, mas está custando. O governo sugere o reajuste de 60% da inflação. Tudo bem, não há dinheiro para pagar os cem por cento. Mas os preços, então, não deveriam ser obrigados a aumentar apenas 60% da inflação? Por que se lhes permite cem, ou mais?

É isso? Nem pensar. O empresariado desce o tacape e borduna no lombo do governo 24 horas por dia. A culpa de tudo são os gastos públicos, o Estado deveria encolher, limitar-se ao mínimo, até desaparecer, se pudesse, para que a chamada livre iniciativa desse as cartas. É claro, aumentando os preços a seu bel prazer. Mas existe outra contradição nessa história.

Quando as empresas vão bem, querem o escalpo do poder público, porém, quando vão mal, para quem apelam? Empréstimos a juros subsidiados nos bancos oficiais, perdões de dívidas, reescalamento e até a simples entrega de bens em situação lamentável são moeda comum nas transações empresariais com o governo. Bastam chegar as dificuldades para que, sem perder a empáfia, uns tantos senhores transfiram seus problemas para o Estado, até ameaçando com caos social.

E mais: engolimos instruções perojativamente lançadas dos países desenvolvidos. Temos que acabar com os subsídios, os incentivos, a proteção à produção

nacional porque, afinal, estamos ou não num planeta onde o mercado dá a última palavra? Precisamos livre-competir com o Primeiro Mundo e mostrar que somos capazes de batê-lo.

Pura velhacaria, já que um menino de rua, desdentado e sem escola, hospital ou família, jamais terá condições de livre-competir com um dos pimpolhos sadios nascidos em berço de ouro. Mas a contradição não está apenas nisso. Cresce feito bolo com fermento ao verificarmos que a França, por exemplo, subsidia todas as vacas de seu vasto rebanho. O trigo produzido na Comunidade Econômica Européia chega ao Terceiro Mundo barato porque também é subsidiado.

No Japão não entra um grão de arroz, sequer, em defesa da produção interna. Os Estados Unidos erigem barreiras maiores do que as muralhas da China, visando a defender os empregos de seus operários do setor siderúrgico, automobilístico e naval. E aí?

As contradições não têm fim. Nossa dívida externa já foi paga diversas vezes, por conta dos juros, mas o principal não diminui. Pelo contrário, multiplica-se, de tal ma-

neira que nos tornamos o maior exportador de capital de toda a comunidade internacional.

Luta-se, aqui dentro, para a extinção de quaisquer monopólios, inclusive no setor petrolífero, nas telecomunicações e nas hidrelétricas. Os jornalões saem na frente, nos editoriais, artigos, reportagens e, ninguém duvide, nas tais "matérias pagas", que o leitor imagina jornalísticas apesar de faturadas nos balcões dos departamentos comerciais. Pois bem: alguém já viu uma única linha, ao menos, publicada em defesa da quebra do monopólio da imprensa? Estrangeiros não podem ser proprietários, é cláusula pétrea, levantada até com justiça em nome da soberania nacional. Mas por que comunicação é soberana, se energia e telecomunicações não são?

Mestre Gilberto Freyre atentava tanto para as contradições brasileiras que não hesitou em prever, para qualquer dia desses, a coincidência do carnaval com a Semana Santa. Ainda vai acertar, lá do alto da nuvem onde certamente continua tomando notas para seu próximo livro.

* Jornalista e professor da UnB. Artigo publicado no *Correio Braziliense* de 7 de julho de 1993.

Justiça condena sindicalista

A nova diretoria do Sindicato dos Bancários da Bahia tomou posse dia 10 de julho. O ato realizado na Casa D'Itália foi "Em defesa da democracia, da cidadania e do socialismo", e se transformou em solidariedade ao povo cubano. No mesmo dia, os bancários e a sociedade baiana tiveram a revoltante notícia de que o presidente que estava sendo empossado, Alvaro Gomes, havia sido condenado a dez meses de prisão por denunciar corrupção no governo de ACM. Ocorre que o jornal do Sindicato denunciou que o Banco do Estado da Bahia (Baneb) concedeu empréstimos a diretores do Banco Econômico a juros subsidiados, numa operação irregular. O Sindicato abriu processo contra o Baneb e ACM processou o Sindicato por calúnia e difamação. A Justiça acelerou o processo contra Alvaro e engavetou o que pede apuração da corrupção. "Esta condenação tem o dedo de ACM, chefe de quadrilha na Bahia que manipula a Justiça", afirma Alvaro, que recebe apoio da sociedade baiana e das entidades dos trabalhadores.

Vitória da CSC

Entre os dias 16 e 18 de junho último, a Chapa 1, da CUT e da Corrente Sindical Classista (CSC), ganhou a eleição para nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba e Moreira Cesar (SP) com cerca de 90% dos votos e reelegeu o presidente Enéas Santos, também dirigente do PCdoB na cidade. Do total de 2.669 metalúrgicos aptos para votar, 2.309 o fizeram, demonstrando o reconhecimento da categoria pela atuação do Sindicato. A eleição foi marcada por disputas judiciais em virtude de irregularidade no registro da Chapa 2 (da Força Sindical, integrada também pelo tesoureiro e por um vereador do PT no município).

Enéas e seus colegas suspeitam que as grandes empresas estariam financiando a Chapa 2 com a intenção de não realizar a eleição e provocar intervenção no Sindicato, que é reconhecido na região por sua ação política junto aos trabalhadores e em apoio aos movimentos sociais.

Defesa da Petrobrás

O 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores do Sistema Petrobrás, ocorrido em Santos (SP), nos dias 23 a 26 de junho, teve a presença de 350 delegados de todo o país. Humberto Campos de Carvalho, integrante do Comando Nacional dos Petroleiros, informa que as principais resoluções do Congresso referem-se à criação da Federação Nacional da categoria e à decisão de firmar-se como oposição ao governo de Itamar. A maior luta dos petroleiros é para manter o monopólio estatal do petróleo.

Eleição em Manaus

Será no final de julho a posse da nova diretoria do Sindicato dos Petroleiros de Manaus, eleita com a vitória da chapa "Categoria 2004", presidida por Ademir Caetano, também dirigente do PCdoB. Ele obteve 245 votos contra 210 da outra chapa. O presidente esclarece que 2004 é o número da lei que instituiu o monopólio estatal do petróleo no Brasil, cuja manutenção a categoria tem como meta.

CONGRESSO DA UNE

vitória dos caras-pintadas

▼ O 43º Congresso da UNE, realizado em Goiânia de 30 de junho a 4 de julho, elegeu Fernando Buarque Gusmão para presidir a entidade

Por Guiomar Prates

A chapa encabeçada por Fernando, "Quem vem com tudo não cansa detona" (composta pelo PCdoB, PDT, MR8 e Independentes), derrotou por 1152 a 921 votos a chapa "MUDE-Oposição Unificada" (composta por PT e PSTU). Uma terceira chapa, dos chamados Independentes mas que na verdade foi articulada pelo PSB, obteve 114 votos. Além dessas, mais quatro chapas concorreram e obtiveram votação inexpressiva. Dos 3.300 delegados credenciados nos Estados, chegaram a Goiânia 2.640 representantes da base. No total, mais de seis mil estudantes participaram do Congresso. A composição final da diretoria é de acordo com a votação que cada chapa obteve, de forma proporcional.

Para o dia 11 de agosto, dia do estudante, estão marcadas passeatas contra o aumento abusivo das mensalidades e atividades culturais em comemoração ao aniversário da primeira passeata pelo impeachment de Collor de Mello.

O presidente eleito no 43º Congresso da UNE, Fernando Buarque Gusmão falou à *Classe* das perspectivas da entidade.

Classe - Qual a avaliação que você faz deste Congresso da UNE?

Fernando - Este foi um congresso de extrema importância para o movi-

mento estudantil porque aconteceu numa hora de ascenso do movimento, depois de uma gestão com muitas mobilizações. E também num momento em que o Brasil passa por uma crise profunda e precisa de alternativas. O Congresso tirou oposição à política neoliberal implementada pelo governo Itamar, principalmente com as privatizações; a UNE vai acompanhar de perto a CPI das Privatizações e desenvolver uma campanha contra as privatizações e em defesa das estatais estratégicas. Em relação ao movimento estudantil foi marcante porque enquanto muita gente esperava que neste congresso acontecesse um racha na UNE, conseguimos garantir que, apesar das divergências, o movimento estudantil saí-se unificado.

Classe - Este Congresso refletiu o crescimento que a entidade teve na gestão passada?

Fernando - Sem dúvida nenhuma. A participação, não só do ponto de vista numérico, que foi maior do que o do ano passado, com um maior número de delegados. E também a interferência das pessoas no Congresso foi maior este ano. Elas estiveram nos grupos de discussão e formularam as propostas que foram aprovadas nas plenárias finais. Neste congresso, acadêmicos participaram mais. Hoje o movimento estudantil é um dos movimentos sociais que está em ascenso diferente do movimento sindical, por exemplo, que permanece dividido e um pouco imobilizado em função da recessão e da crise. O movimento estudantil consegue hoje, por essa desvinculação da juventude do se-



Fernando Buarque Gusmão

tor produtivo e por sua rebeldia, se mobilizar não só por questões específicas mas pelos grandes temas do país.

Classe - Passado o Congresso, a forma de eleição da nova diretoria vem sendo bombardeada na grande imprensa. O que significa mesmo essa polêmica?

Fernando - Essa é uma falsa polêmica, porque não se questiona, por exemplo, a representatividade do Marcelo Lavenère, que era presidente da OAB, eleito de forma congressual, nem do Batocchio, atual presidente da OAB, ou do Jair Meneguelli, presidente da CUT. Na verdade é uma forma de desvirtuar e tergiversar sobre os grandes temas que foram abordados no Congresso, como as privatizações, a lei de patentes, o corte de verbas para a educação, as altas mensalidades. A grande imprensa tenta mostrar que o Congresso se resumiu à discussão da forma de eleição, mas nós sabemos e quem

lá esteve também sabe que o maior tempo foi dedicado a estes. Foram aprovadas resoluções contra a cláusula de Lavenère, pela manutenção do voto proporcional, corrigindo as atuais distorções contra o voto distrital ou distrital misto. Agora, isso mostra também que setores do movimento estudantil que não tem representatividade nas universidades, e isso se expressa quando não levam diretórios acadêmicos ou delegados para o Congresso, só fazem demagogia. Os mesmos que compõem o MUDE não defendiam a eleição direta quando tinham maioria na UNE. Esse setor hoje está completamente confuso, não entendeu nada do que aconteceu no ano

passado. A perplexidade e a falta de propostas para o movimento estudantil levou ao oportunismo e à demagogia. O PSTU, por exemplo, entrou em franca contradição. Até o ano passado, diziam que a chamada crise do movimento estudantil era uma crise de direção. Pois sob essa direção não mudaram as forças que ganharam o congresso de Niterói. Quem se manteve agora neste congresso, foi justamente a diretoria que conseguiu resgatar a representatividade da UNE, tão buscada por todos.

Classe - E quanto à representatividade das diversas forças na diretoria da UNE? Tem gente falando que o PCdoB e o MR8 são os donos da UNE.

Fernando - Isso é uma mentira absurda. A diretoria é proporcional ao número de votos que cada chapa obteve no Congresso, o que garante a representatividade e a unidade, co-responsabilizando todas as forças que participaram do Congresso

com a gestão e com o encaminhamento das propostas ali aprovadas. Esse congresso foi extremamente democrático. É o primeiro, pelo menos que eu tenho notícia, onde oito chapas participaram e quatro entraram na composição da diretoria. A diferença é que quem esteve nas lutas do ano passado se credenciou para ganhar o Congresso. Quem não acreditou no Fora Collor - e alguns foram contra essa proposta no congresso passado -, quem não participou do dia 4 de maio, quem preferiu em vez de fazer oposição à política educacional do governo, fazer oposição à UNE, ficou na contramão da história, chegou no Congresso sem ter o que dizer e sem ter para quem falar. De qualquer forma, acho que a gente sai mais unido.

Classe - O que você acha da cobertura que a grande imprensa deu ao congresso e de matérias publicadas posteriormente?

Fernando - Uma sacanagem. A imprensa, em especial a *Folha de São Paulo* e também *O Estado de São Paulo*, vem fazendo matérias onde parece que no Congresso da UNE só existia uma opinião. Com relação a forma de eleição, por exemplo, todas as entrevistas só ouviram opiniões de quem era favorável às diretas. É uma contradição, porque esta foi uma polêmica que aconteceu nas universidades na hora de tirar os delegados e a maioria dos que foram para o congresso foram para votar no que defenderam na hora, ou seja, nas eleições congressuais. Uma manipulação que eu acho que, só com as mobilizações e as lutas nós vamos mostrar que esta diretoria tem representatividade, vai garantir a unidade do movimento e encaminhar as batalhas que vem pela frente, como a das mensalidades e contra a reforma constitucional.

Quem vem com tudo não cansa

Lindbergh Farias

Ex-presidente da UNE

No último congresso da UNE, além dos debates e discussões sobre o país e as universidades, estava em cena uma grande batalha política. A entidade, principalmente após as passeatas pelo Fora Collor, recuperou seu prestígio e se transformou na organização de maior poder de mobilização popular do momento. Credenciou-se como uma das mais importantes peças do tabuleiro no conturbado calendário político, que engloba a revisão constitucional, as privatizações, o plano FHC e até as eleições de 1994.

Não é de se estranhar o repentino interesse por parte de forças políticas e grupos econômicos que, até então, desprezavam a UNE. O PT assumiu parte da última gestão da entidade em junho de 92 de olho no congresso de 93. A tática utilizada pelos petistas foi de colocar quadros secundários na diretoria proporcional e esvaziar a gestão, preparando-se para a oposição. Só que a conjuntura não ajudou e as forças políticas como o PCdoB, Independentes, MR-8 e PSTU, que

evitaram o boicote dos trabalhos e construíram o dia-a-dia da entidade, aproveitaram para se firmar junto aos estudantes e ampliar sua influência entre os CAs.

Mas, sem dúvida, o maior erro petista foi não ter analisado com atenção o quadro político e retrocedido na tática de ser oposição à diretoria da UNE. Vale lembrar o exemplo do PCdoB entre 89/91 que, minoritário, cresceu reforçando e defendendo a gestão mais do que os próprios petistas, que tinham a maioria e a presidência. Cegos, na ânsia de vencer um congresso que elegeria uma diretoria que poderia transformar-se em um dos impulsionadores da "campanha Lula 94", deixaram de observar que a UNE tinha criado importantes laços com os estudantes em sala de aula. Depois do impeachment, foi a entidade que exigiu um novo ensino público e que se mostrou intransigente na briga contra a roubalheira nas mensalidades.

Os estudantes nas ruas em

mobilizações que culminaram com a greve em 4 de maio último de 20 milhões de estudantes brasileiros. Contra a UNE só os donos de escola, a direita - que nunca engoliu o povo organizado, vide ataques à CUT, OAB, ABI - nos chamando de baderneiros e, é uma pena, os poucos "militantes petistas". É importante grifar o termo "militantes", já que a base espalhada nas escolas e universidades sempre apoiou a UNE. Os conservadores souberam muito bem através do *Estadão* e da *Folha de São Paulo* usar, por mais uma vez na história, o PT como bucha-de-canhão da direita.

O PT chegou ao congresso reduzido e abatido pelo erro de sua linha política e encontrou o PCdoB jogando tudo na composição de uma chapa plural e ampla. Decide então o PT inverter sua linha política. Abandonou a idéia de formar uma frente pela direita e jogou todas as cartas numa aliança com o PSTU. A grande marca dessa aliança: a incoerência. O PT votava em todas as propostas do PST-U, tentando seduzi-lo a votar

num presidente do PT. Valia de tudo para ganhar a UNE. A aliança PT/PSTU, escondida na sigla "Mude", chegou a defender o "chega de Itamar". O PT tentava usar fraseologia à esquerda. Mas a contradição entre discurso e prática estava novamente evidenciada.

As lideranças estudantis do PT sempre foram contra, até mesmo quando o presidente da UNE se pronunciava contra as privatizações e os deputados do PT se aliaram a FHC para defender a possibilidade de 100% de capital estrangeiro nas privatizações de estatais. Enquanto isso, o PCdoB defendia a "oposição intransigente à política econômica e educacional de Itamar", em conjunto com "Independentes", PDT, MR-8 e PSB, concretizando a aliança vencedora do congresso com mais de 50% dos votos.

A chapa derrotada do "Mude" conseguiu chegar unificada apesar das enormes divergências e da marca da contradição de votação final. Quem se deu mal nessa composição foi o PSTU (30% do Mude), que perdeu a chance de

romper e sair com chapa própria, diferenciando-se policamente. Forama reboque do PT. O resultado é que depois das votações das chapas, o PT praticamente desconheceu a existência do PSTU, rompendo todos os acordos com uma prática rasteira e golpista. Um jogo sujo de política. É o preço que o PSTU paga pela ingenuidade e pela aliança com a social democracia ... vivendo e aprendendo.

Outra importante constatação deste congresso foi a completa demonstração da falta de perspectiva política entre a juventude petista. A confusão e a despolitização foram a marca de seus discursos, ora esquerdistas, ora conservadores. O contraponto foi a clareza e crescimento político da juventude do PCdoB à direitização do PT, com o abandono das idéias socialistas, abre uma importante avenida para o PCdoB, que se credencia a educação a respeito de jovens desorientados em outras siglas e reforçar sua tradição de grande partido da juventude.

AZIZ AB'SABER

▼ Empossado no dia 15 de julho como o novo presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, durante a 45ª Reunião Anual da entidade, Aziz Ab'Saber tem 69 anos e é professor aposentado do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Desde 1982 ele colabora voluntariamente com o Instituto de Estudos Avançados da USP. Nesta entrevista à *Classe* ele fala da importância da ciência para o desenvolvimento do país e no cotidiano das pessoas, além de criticar as medidas neoliberais, como a privatização das estatais e a lei de patentes

por Guiomar Prates

Classe - Como o senhor está vendo esta reunião da SBPC, que tem como lema "Ciência e Qualidade de Vida"?

Ab'Saber - Eu considero esta reunião da SBPC um momento especial na história da instituição. Existe uma controvérsia miúda sobre se a ciência deve ou não ser colocada na direção das aplicações. Eu não tenho nenhuma dúvida disso. Ciência isolada das possibilidades de aplicação acaba por não ter o reconhecimento da sociedade e, sobretudo, acaba por perder credibilidade em relação aos membros mais carentes da população que estão ávidos desejando que a ciência possa chegar até eles no sentido de resolver alguns dos seus problemas, mesmo porque todos os problemas são difíceis de ser resolvidos. Por isso a importância da ciência relacionada com a qualidade de vida.

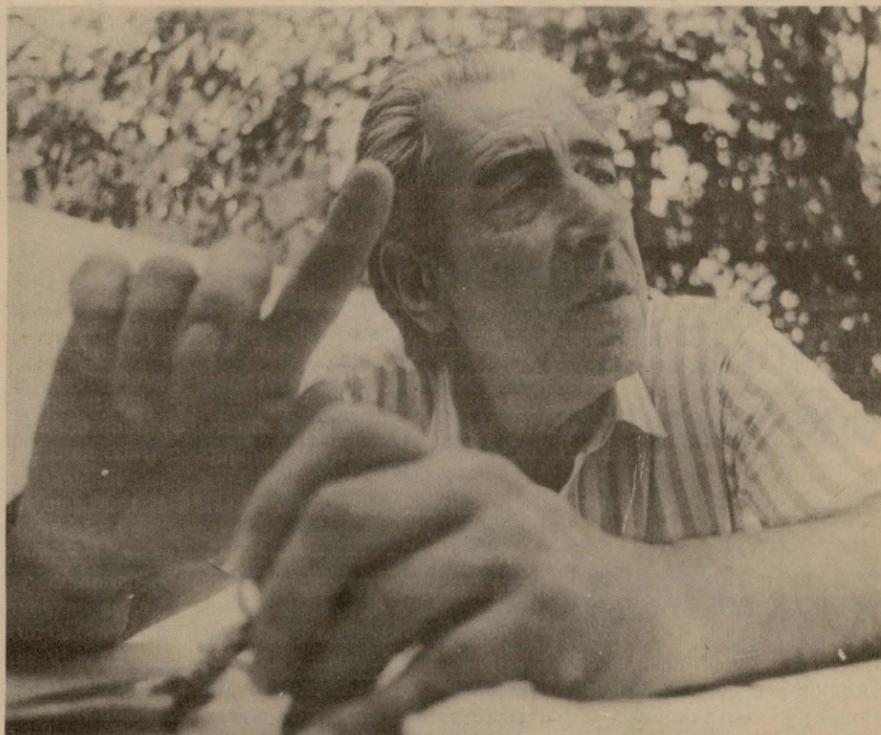
Classe - Mas a ciência está realmente voltada para melhorar a qualidade de vida da população?

Ab'Saber - Quando se trata de investimentos nem sempre a gente encontra caminhos muito diretos. Nos países do Terceiro Mundo os recursos destinados à ciência são mínimos. Por outro lado, esses recursos não chegam a todos os talentos produtivos da ciência; algumas pessoas interceptam politicamente, outras recebem recursos para pesquisas caras, enquanto que pesquisas do campo das ciências sociais, com

custo muito baixo, ficam sem nada. Isso provoca uma certa reação do iniciante em pesquisa, porque ele tem a impressão que, de certa maneira, ele está sendo ludibriado. A Ciência vai estar voltada para a maioria da população quando existir mais democratização da base dos recursos. Ampliando esses recursos, aumentando as bolsas para formar recursos humanos. Isso é indispensável porque é aí que se corrigem as distorções.

Classe - Nesta última eleição da SBPC se verificou esta disputa entre a área das ciências exatas e as ciências sociais?

Ab'Saber - Eu não gostaria muito de me referir à eleição da SBPC que desembocou no meu nome para a presidência. Por uma questão de ética, não gostaria de falar nisso. Mas eu acho que em qualquer eleição existem alguns objetivos muito claros, muito transparentes, que dizem respeito às possibilidades de debates com autoridades e de prosseguimento de projetos que já estão em andamento. Na SBPC, independente de críticas que se possam fazer, existem projetos magníficos, como a revista *Ciência Hoje*, a *Ciência e Cultura*. O projeto *Ciência e Cultura* eu tenho criticado de público, porque na visão de alguns deveria ser uma revista totalmente em inglês. Esta é uma revista que deve ser feita em português, com bons resumos em línguas estrangeiras, mas essa massa formidável de alunos que está presente aqui em Recife vai lê-la mais e mais facilmente se for em português. Quem defende a publicação em inglês tem uma visão elitista e curricular, como quem diz: eu quero que o meu trabalho seja lido lá fora e os daqui que se danem.



Ab'Saber fala sobre os rumos da ciência no Brasil

Classe - Durante o governo Collor, as verbas para a pesquisa científica praticamente inexistiram. A situação mudou com a queda de Collor?

Ab'Saber - Ao contrário da anterior, vou ser muito transparente nesta resposta. O que aconteceu no governo Collor foi alguma coisa de extremamente grave para a ciência, a tecnologia e a cultura. Os grandes recursos que foram colocados nas mãos do governo pela população, através de impostos que deveriam ser destinados à educação, saúde, ciência e tecnologia, desapareceram. Esses recursos deveriam estar em fundos muito sérios, para não permitir que alguns assumam o poder e deixem depois um saldo altamente negativo para os que vierem. Hoje, grande parte do governo Itamar, não estou pensando na figura do presidente da República, fica em estado de desespero total por falta de recursos para todas as áreas. Isto é um crime público que se cometeu.

Classe - A SBPC ocupou um espaço importante na campanha pelo impeachment e se destacou em outros temas na gestão passada. Qual vai ser o papel dela na sua gestão?

Ab'Saber - Vamos continuar nesse caminho. Existe uma perfídia em certas soluções que, infelizmente, não pararam no governo Itamar. A história de privatizar tudo é uma das coisas mais desagradáveis da história do nosso país. Era um patrimônio nacional fantástico, tinha prejuízos aqui, possibilidades de lucros ali, as más administrações dependeram dos governantes que colocaram pessoas inadequadas por razões políticas e até pessoais na direção dessas empresas, e que está sendo quebrado. A posição da maior parte dos cientistas brasileiros é a seguinte: para algumas coisas essenciais não daremos o nosso aval nunca. Que o filho do senhor Montoro, que está preconizando a privatização de quase tudo no Brasil, ouça: não daremos nosso aval à sua filosofia da privatização.

É preciso dizer a esses técnicos burocratas e a esses economistas que não têm a sensibilidade para com o país e para com os recursos patrimoniais essenciais do país, que é um crime público privatizar. O problema é modificar por dentro essas companhias, e não colocar os acólitos, é não poluir com

um grande número de diretorias milionárias estas empresas.

Classe - Como o senhor vê a aprovação do projeto de lei de patentes?

Ab'Saber - Primeiro eu gostaria de dizer ao senador Roberto Campos que a SBPC lhe dará a resposta, através de seu trabalho, à afirmação de que seria a sociedade brasileira para o progresso da pirataria. Em segundo lugar, gostaria de dizer a este jornal que todos os países industrializados do chamado Primeiro Mundo estão num processo de deterioração de produtividade porque eles não têm para quem vender. Eles fizeram um processo tão amargante em termos de dominação econômica sobre os países do Terceiro Mundo que agora eles não têm mercado para os seus produtos. É preciso desmistificar o problema do aumento da produção como um fator de desenvolvimento, porque se não houver mercado interno ou externo para absorver a produção, pode aumentar que ninguém vai comprar. Isto serve para a agricultura e isto serve para a indústria. Aí, então, o Primeiro Mundo, que detém os grandes laboratórios para a transformação dos produtos naturais em fármacos, que é algo ultra-rendoso, encontrou como saída a defesa da tecnologia de produtos feitos à base de vegetais que nós temos uma variedade extraordinária.

Fizeram ainda uma campanha para legitimar internacionalmente a patenteação do produto final, que nunca existiu na história da pressão dos industrializados no mundo que se diz democrático. Na verdade, nunca existiu algo tão vil e pérfido comparado à pressão que fizeram no Terceiro Mundo para que não tenha condições de desenvolver estes produtos. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência é contra a Lei de Patentes. Os países ricos não arrotam a democracia deles? Só que deve ser para uso interno, porque não há democracia para os outros povos e há interferência à soberania através do processo econômico. Por exemplo, nunca tive nenhuma simpatia por Saddam Hussein. Mas atenção, este foi uma luta pelo petróleo e nós não podemos deixar de condicionar a posição dos Estados Unidos.

A REUNIÃO SE DÁ NUM MOMENTO ESPECIAL DA SBPC

Ciência e qualidade de vida

A 45ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência foi realizada em Recife, de 11 a 16 de julho. Participaram cerca de 12 mil pessoas.

A reunião deste ano teve como principais novidades a "SBPC Jovem", um espaço reservado para alunos de 1º e 2º graus apresentarem os trabalhos desenvolvidos nas escolas; e a Expo-Ciência, uma exposição de inventos e descobertas que podem ser aplicados na vida prática.

Como em todos os anos, muitos painéis e debates foram realizados simultaneamente. Entre os assuntos que mais chamaram atenção, afora os científicos, estavam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que ainda será votada pelo Senado; a Revisão Constitucional; a Lei de Patentes.

No dia em que aconteceu o debate sobre Revisão Constitucional, a União Nacional dos Estudantes promoveu um ato contra esta tentativa de rasgar a Constituição brasileira, com a presença de várias personalidades. Merece destaque negativo neste tema a posição assumida por Roberto Freire, líder do governo na Câmara, que se posicionou a favor da Revisão Constitucional em outubro.

Além dos temas políticos e científicos, a reunião da SBPC apresentou uma extensa e concorrida programação cultural, que ficou a cargo dos estudantes. Debates sobre cultura, cinema e sobre a legalização do aborto, especialmente, chamaram a atenção dos participantes. (G.P)

DEMOCRACIA
DOS PAÍSES
RICOS É
PARA USO
INTERNO

CDM Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

TEMA EM Debate

Impactos da automação nas fábricas

Altamiro Borges

No início deste mês, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotivos (Anfavea) divulgou, otimista, os números da produção do setor no primeiro semestre do ano - 631 mil carros. A previsão é de que até o final de 93 sejam produzidos 1,35 milhão de carros - recorde na história da indústria automobilística no Brasil.

O que chama mais a atenção no relatório, porém, é que enquanto a produção cresceu 23,14% nos últimos 12 meses, no mesmo período o nível de emprego caiu 1,61%. Um exemplo bastante ilustrativo é o da Volkswagen. A multinacional alemã superou a produção do início da década de 80. Na época, sua unidade do ABC paulista tinha cerca de 40 mil operários. Hoje, possui menos de 27 mil metalúrgicos.

Estes dados enterram de vez a argumentação dos apologistas do capitalismo, que afirmam que as novas tecnologias não têm um impacto tão forte sobre o nível de emprego. Muito pelo contrário. O impetuoso desenvolvimento tecnológico das duas últimas décadas, baseado na automação microeletrônica e na informática, está reifando milhares de vagas no trabalho - jogando no desespero milhões de pessoas.

Sob o controle da burguesia, a terceira revolução tecnológica, que no abstrato representa a genialidade do ser humano, só serve para excluir uma parcela ainda maior de pessoas do mercado de trabalho e de consumo. É o caminho da barbárie! A automação microeletrônica desmascara, de forma cabal, a contradição entre a apropriação privada (inclusive da ciência, que não é neutra) e a produção social.

Fim da classe operária? Outro argumento dos defensores do atual modo de produção é que as inovações tecnológicas extinguirão de vez a classe operária. Esta "tese" tem um viés claramente ideológico. Visa demonstrar que o capitalismo é eterno, que não existe qualquer classe social em condições de superá-lo historicamente.

A fragilidade deste argumento é visível. Não tem nenhuma base científica. Afinal, sem produção nenhum sistema econômico é viável. A classe operária, mesmo reduzida em números absolutos e inclusive com mudanças no seu perfil, continua sendo a vanguarda das transformações revolucionárias na sociedade moderna.

Por outro lado, as informa-

ções existentes também servem para relativizar a tal "tese". Se é verdade que as máquinas ferramentas de controle numérico computadorizado (CNC), os controles lógicos programáveis (CLP) e mesmo a robótica atingem em cheio a classe operária, os setores de serviço também não ficam imunes aos avanços tecnológicos.

É só lembrar o sistema "online" na rede bancária, que vitimou milhares de postos. Ou a leitura ótica (scanner) no comércio, que elimina as vagas dos remarcadores de preços, dos estoquistas e dos caixas nos supermercados. A tendência mundial inclusive é a de que o setor de serviços seja o mais duramente atingido pelas novas tecnologias.

Estudos feitos nos Estados Unidos demonstram que, até o final da década de 80, as inovações afetaram sete milhões de empregos na indústria e 30 milhões em escritórios e bancos. Esta tendência agrava ainda mais a situação dos assalariados. Antes, a mão-de-obra expelida na indústria ainda era absorvida no setor de serviços. Agora, nem isto. A exclusão do capitalismo atinge todos os ramos.

Efeitos contraditórios. Por último, vale também polemizar com algumas outras idéias em voga sobre o tema. Certos estudiosos afirmam que a automação microeletrônica possibilita o fim do trabalho penoso, insalubre e repetitivo, garantindo maior qualificação profissional e criatividade aos que vivem de salário. Sem dúvida, num sistema social mais avançado, no socialismo, isto seria plenamente possível.

No capitalismo, entretanto, os efeitos neste campo também são contraditórios. No que se refere à especialização, vários estudos falam na tendência à "polarização". Algumas profissões simplesmente desaparecem, outras perdem o seu conteúdo e poucas se tornam altamente qualificadas - principalmente as vinculadas à eletrônica.

Com a microeletrônica, a máquina comanda totalmente a produção. Várias operações são simplificadas, retirando-se do trabalhador o controle sobre o processo produtivo. Segundo o médico italiano Emilio Rebecchi o que ocorre é que "o nível profissional é alto apenas para poucos, uma elite limitada, enquanto é muito baixo para os outros." A maioria terá apenas que "apertar botões"!

Mesmo no tocante ao ambiente de trabalho, muitas atividades penosas e insalubres passam a ser desempenhadas pelas máquinas acopladas aos computadores. Por outro lado, o maior controle sobre o trabalhador e o isolamento imposto pela máquina automatizada criam novos problemas - como as doenças psicossomáticas. Não é para menos que o Japão, uma das vedetes da automação, é o recordista em suicídios de operários.

CSC e os rumos da CUT

▼ **Corrente Sindical Classita faz balanço da atuação da Central Única dos Trabalhadores e propõe saídas para a crise na direção cutista. Propostas serão levadas à Plenária da CUT**

Sueli Scutti



CSC prepara Plenária da CUT

Em reunião realizada em São Paulo no dia 10 de julho, a coordenação da CSC aprovou um documento com propostas para a Plenária Nacional da CUT, que ocorrerá em São Paulo de 24 a 28 de agosto vindouro. O texto tem três pontos básicos: balanço dos dez anos da CUT e suas perspectivas; critérios para eleição dos delegados ao 5º Concut; e participação das mulheres na direção da Central.

O documento sobre os desafios da CUT indica que é preciso atualizar o caráter anticapitalista da Central e a perspectiva de luta pelo socialismo a partir dos sindicatos, o que significa colocar a CUT no centro desse debate. A Central nasceu influenciada pelas greves do final dos anos 70 e começo dos 80 e se destacou combatendo o sindicalismo corporativista-celetista herdado dos tempos de Vargas. Hoje a CUT é a principal central brasileira e a mais representativa da história do país.

A partir de 1990, ela adquire caráter pluralista e congrega todas as correntes políticas progressistas do meio sindical. Com 1900 entidades filiadas e 17 milhões de trabalhadores na base, a CUT tem grande potencial para lutas econômicas, políticas e

sociais e pode se destacar na resolução da crise brasileira, conforme atesta a CSC.

Crise na CUT. A crise vivida pela Central se apresenta como "briga pelo controle do aparelho", mas na verdade revela o impasse a que chegou a entidade em função da orientação político-ideológica de sua corrente majoritária, a Articulação. A CUT se aproxima rapidamente do sindicalismo social-democrata semelhante ao europeu. Daí resultam "novas" opiniões políticas e conduta diária no trabalho sindical de vários dirigentes cutistas. A CSC define alguns pontos para ação da CUT:

1. Reafirmar seu caráter anticapitalista, de luta pela perspectiva socialista;
2. Defender a soberania nacional, opor-se à nova ordem imperialista;
3. Subordinar a ação institucional ao movimento de massas;
4. Redefinir a política do setor rural;
5. Buscar uma nova democracia sindical;
6. Rever a base da estratégia do 4º Concut;

Delegados. A CSC entende que o principal é possibilitar a participação de várias categorias, com eleição de delegados em assembleias, respeitando a proporcionalidade de votos. Para a Estrutura Horizontal, a CSC propõe: 1) eleição de um delegado por entidade filiada à Central; 2) mais um delegado para cada oito mil trabalhadores na base e fração igual ou superior a quatro mil trabalhadores; 3) mais um delegado para cada 10% de sindicalizados em relação à base da entidade e fração igual ou superior a 5%. Para a Estrutura Vertical, os classistas propõem: 1) um delegado para cada entidade e mais um para cada 50 mil sindicalizados e fração igual ou superior a 25 mil nos sindicatos da base das Confederações e/ou Departamentos, com limite máximo de cinco delegados. Todos os integrantes da Executiva Nacional da CUT serão delegados.

Para a presença feminina na direção da CUT, a CSC propõe o princípio de cotas e acredita que essa presença deve ser progressiva, de acordo com a realidade da Central. A CSC defende o mínimo de 20% de mulheres nas direções cutistas.

Plenárias. A coordenação da CSC reitera a seus filiados a realização das plenárias estaduais da CUT da metade de julho até meados de agosto. A plenária de São Paulo, por exemplo, será de 31 de julho a 1º de agosto e a do Distrito Federal será em 7 e 8 de agosto.

Telefônicos fazem congresso

No 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações, realizado em Belo Horizonte de 8 a 11 de julho, a categoria decidiu lutar pela manutenção do monopólio estatal das comunicações e contra a revisão constitucional. Os 226 delegados representaram 105 mil trabalhadores da categoria. A grande preocupação dos trabalhadores é a ameaça de quebra do monopólio do setor. Conforme o ex-coordenador geral da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (Fitel), Célio Celso Cruz Júnior, alguns grupos econômicos postulam a abertura do mercado para a concessão de serviços de telefonia.

O dirigente salienta que fracassou a privatização do setor em alguns países. E cita o caso da Argentina, cujo sistema de telefonia é controlado atualmente por uma multinacional italiana, que não conseguiu acompanhar o aumento da demanda, além de demitir trabalhadores.

Cristovam Buarque, ex-reitor da UNB e palestrante do encontro, ressaltou que "é preciso

mudar este modelo de desenvolvimento onde a minoria sempre mantém seus privilégios." A presidente do sindicato único dos telefônicos do Uruguai enfatizou que naquele país só foi possível vencer as privatizações quando a luta passou a ser de todos os cidadãos em defesa da pátria.

(José Vieira Filho, de Belo Horizonte)

Vereador defende Telebrás

Em Campinas, o vereador pelo PCdoB, Sérgio Benassi, divulgou um manifesto à população e aos trabalhadores da Telebrás em que afirma: "Condenamos as demissões (na Telebrás) feitas injustamente por Collor, apontando ser este mais um passo no caminho do sucateamento da empresa rumo à privatização." Benassi ressaltou que seu gabinete sempre esteve à disposição dos demitidos em prol da luta pela readmissão. Lembrando que sua postura é a de que a empresa absorva toda a mão-de-obra contratada, Benassi diz: "A luta pela absorção de todos os funcionários das fundações é a nossa luta."

O vereador acrescenta que as empresas de energia, petróleo e telecomunicações são as mais cobiçadas pelo capital estrangeiro devido à sua produtividade. Aproveitando disso, são os ataques feitos à Telebrás e ao CFTD numa tentativa de fundação de uma nova empresa de serviços de telecomunicações comprados. (S.S.)

Reunião do G-7 condenados ao fracasso

▼Nem a pompa da cerimônia nem o ufanismo das declarações feitas através de um poderoso esquema de imprensa foram capazes de esconder a crise que atormenta os 7 países mais ricos do mundo.

Dilermando Toni

Reunidos pela 19ª vez em Tóquio, Japão, entre os dias 7 e 9 deste mês, de concreto mesmo os países imperialistas fizeram mais ameaças de agressão aos povos. Para começar, o anfitrião japonês Kiichi Miyazawa havia recebido duas semanas antes do início da Cúpula um voto de desconfiança do Parlamento de seu país e terá que deixar o cargo de primeiro-ministro após as eleições de 18 de julho. Com a popularidade abalada por sucessivos escândalos de corrupção envolvendo os figurões de seu partido, o PLD, Miyazawa não tem sequer a aprovação de 10% dos eleitores japoneses.

Mas ele não era o único a enfrentar essa vexatória posição. O presidente francês François Mitterrand, do Partido Socialista - expressão maior da falência da social-democracia europeia - chefiava uma delegação de direita que foi a força política vencedora das últimas eleições na França. Bill Clinton, cuja queda de prestígio bateu recorde para um período de seis meses após a posse de um presidente norte-americano, teve de valer-se do bandiesco expediente de agredir mais uma vez o Iraque na tentativa de chegar a Tóquio com alguns pontos a mais na preferência da conservadora opinião pública dos Estados Unidos.

Um anfitrião demitido, um social-democrata derrotado e um "democrata" com as mãos sujas de sangue, esses três formavam apenas parte do elenco. Juntaram-se a eles o inglês John Major, o primeiro-ministro mais impopular na história das pesquisas na Grã-Bretanha, o italiano Carlo Ciampi, que tenta administrar uma crise política profunda originada pela corrupção que penetrou em quase todos os poros da vida política da Itália, e ainda Helmut Kohl, a quem a história pregou uma peça com o fracasso da reunificação da Alemanha. A exceção ficou por conta da canadense Kim Campbell, recentemente escolhida para o cargo de primeira-ministra de seu país, até porque não houve tempo suficiente para ela mostrar a que veio.

Reunião da crise. O desprestígio dos políticos e partidos burgueses dirigentes dos países do G-7 tem por base a profunda crise



Ricos em crise tramam contra os pobres

econômica que assola os países capitalistas mais desenvolvidos e teima em não abandoná-los. O fenômeno mais visível e cruel dessa crise é o desemprego. A reunião de Tóquio assim reconheceu a gravidade do problema: "Estamos particularmente preocupados com o nível de desemprego. Mais de 23 milhões de pessoas estão desempregadas em nossos países... grande parte do recente aumento pode ser atribuída à atual recessão econômica, mas uma parte significativa do nível atual de desemprego é estrutural por sua natureza".

Colocando-se na conta outros países capitalistas da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) o número de desempregados, pelas estatísticas oficiais, atinge 36 milhões de pessoas. Na Europa, a taxa é de 10,3% da população economicamente ativa. Mas o que se avançou além da "preocupação"? Marcou-se para os Estados Unidos, ainda este ano, uma reunião para tratar do assunto. Nada mais.

Apenas retórica. Mas a coisa não pára aí. O déficit orçamentário médio nas economias da OCDE era em 1989 de 1% do PIB, para 93 espera-se que ele atinja 4,2%. O endividamento do setor público nesses mesmos países, em 1980 era de 42% do PIB; agora em 93 ele baterá na casa dos 63%. Diante dessa situação calamitosa qual é o remédio que o G-7 pretende aplicar? Promover cortes nos benefícios sociais adquiridos pelas populações. O comunicado oficial fala explicitamente no "controle dos gastos gerais de saúde". Fala-se em cortes de até 40% para o setor.

Infelizmente, para os senhores do G-7, os números falam mais alto que as pomposas declarações de intenções. O crescimento médio previsto para as economias desses países não deverá ultrapassar 1% em 93, numa estagnação e retrocesso que vêm desde meados de 1990. Nos EUA fala-se numa recessão de quádruplo mergulho, após uma ligeira recuperação no ano passado. A imagem se assemelha a uma economia que mal bota a cabeça para fora a fim de respirar e é novamente afundada pela mão

incontrolável das leis do capitalismo. A Alemanha agora está no epicentro da crise. Para 93 espera-se uma queda de quase 2% no crescimento. A crise do capitalismo é um fenômeno objetivo e nem a orientação mais nitidamente neoliberal adotada nos EUA e na Inglaterra, nem as diretrizes mais tradicionais da Alemanha e do Japão têm sido capazes de debelá-la.

Livre comércio? Nada tem sido tão contraditório como a pregação do liberalismo comercial e o protecionismo real e crescente praticado pelos países do G-7. Isso vai assumindo o tom de uma piada de mau gosto. Em julho de 91, ao final da reunião do G-7 em Londres, podia-se ler no tocante a esse ponto: "Acesso a mercado onde for necessário, em particular reduzindo picos tarifários para alguns produtos enquanto adota-se tarifa zero para outros, como parte de uma redução substancial das tarifas, e ação paralela contra as barreiras tarifárias".

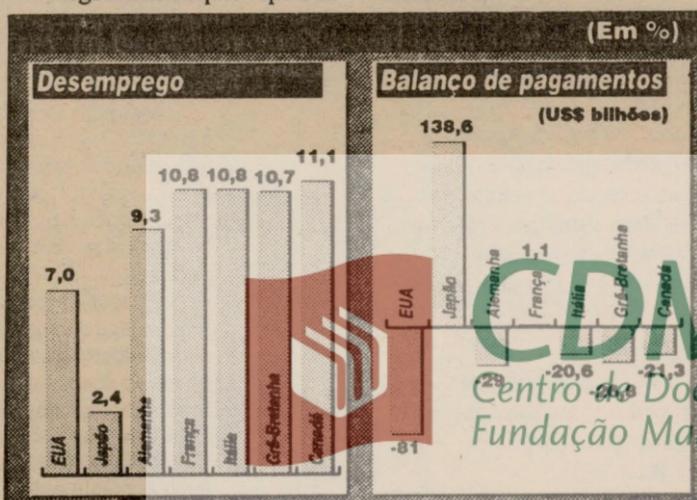
Teoricamente, as relações comerciais entre os países são administradas pelo Acordo Geral para Tarifas e Comércio (GATT) e quanto a esse falido instrumento o comunicado de Londres falava: "Nenhuma questão tem implicações mais abrangentes para as perspectivas futuras da economia mundial que a conclusão bem sucedida da Rodada Uruguai (do GATT) ... nós portanto nos comprometemos com um pacote ambicioso, global e equilibrado de resultados para a rodada ... a meta de todas as partes signatárias deve ser completar a rodada antes do final de 1991".

Agora em Tóquio repete-se

a cantilena, quase com as mesmas palavras. Recomenda-se o final da Rodada Uruguai, emperrada há sete anos, para o final de 93 e propagandeia-se a redução de tarifas. O comunicado oficial deste ano fala mesmo em "reforçar nossa luta contra o protecionismo" e em "medidas obrigatórias de abertura de mercado pelos participantes".

E o que ocorre na prática? Os EUA, pouco antes da Cúpula, resolveram sobretaxar os produtos siderúrgicos de 19 países, inclusive do Brasil, acusando-os de concorrência desleal. Nenhum dos países ricos se mostra disposto a retirar os subsídios de suas agriculturas. O Japão não importa arroz como querem os norte-americanos que, por sua vez, aumentam os impostos de importação sobre alguns tipos de carros japoneses e exigem a abertura do mercado nipônico para produtos industriais americanos e assim por diante.

A piada é de mau gosto por dois motivos. Primeiro porque a disputa comercial entre os ricos, que tem sido chamada frequentemente de guerra comercial, pode passar à esfera da confrontação política e militar (e o processo parece evoluir nesse sentido com a formação dos grandes blocos econômicos); em segundo lugar porque a tal liberalização vale mesmo é para os países dependentes, com a quebra das fronteiras comerciais destes países, com a transferência de importantes setores de suas economias para as mãos do capital estrangeiro, via privatizações, o que traz prejuízos incalculáveis para a soberania nacional.



ARQUIVO

Mais agressões à vista

Se se pode afirmar que essa última reunião do G-7, como tem acontecido desde 1990, foi superficial e inócua quanto ao tratamento da crise econômica em que vivem os países ricos, o mesmo não se pode dizer das resoluções que tomaram em relação aos povos e países pobres, particularmente no que diz respeito aos que têm insistido em manter independência frente ao poderio imperialista. Aí a conversa é outra.

A República Popular da Coreia foi colocada como um alvo preferencial. Usando o discurso do controle das armas nucleares, o G-7 afirma: "Exortamos a Coreia do Norte para que se retrate imediatamente de sua decisão de retirar-se do Tratado de Não-Proliferação Nuclear e cumpra plenamente suas obrigações relativas à não-proliferação nuclear". Saindo de Tóquio, Clinton foi para Seul, na Coreia do Sul, e continuou ameaçando com coisas do tipo: "Os EUA responderão com represálias se os norte-coreanos desenvolverem e usarem armas nucleares" e que "isto significa a ruína do país". O governo da RPDC, através de seu Ministério das Relações Exteriores, repudiou veementemente as ameaças norte-americanas. Em uma nota diz entre outras coisas: "Os EUA têm que conhecer-nos melhor porque nós consideramos nossa soberania como nossa própria vida e, por isso, não comprometemos o que não podemos e não fazemos o que não queremos por medo de pressões... se alguém se atrever a nos ofender, lhe mostraremos de modo imediato e na prática o que é nossa valorosa decisão."

O mesmo acontece em relação a alguns outros países. O documento do G-7 diz: "Estamos dispostos a manter a pressão sobre o Iraque e a Líbia ... e estamos preocupados com certos aspectos do comportamento do Irã". Os argumentos nesses casos são os mais inconsistentes possíveis. No caso da Líbia, por exemplo, enquanto ocorria a Cúpula os EUA lançaram-se numa campanha insidiosa para endurecer ainda mais as sanções econômicas contra aquele país africano a fim de obrigá-lo a devolver dois homens que teriam explodido um avião. Os iranianos, por sua vez, reagiram às pressas dizendo que não vão deixar de lutar contra Israel e abandonar os palestinos.

Dessa forma o que se poderia esperar da reunião do G-7 senão o agravamento ainda maior das disputas, das ameaças e das guerras? A Cúpula de Tóquio evidencia e aponta para mais crise em todo o mundo, frustrando as expectativas daqueles que ainda pensavam que os países imperialistas pudessem encontrar uma solução dos problemas globais. (D.T.)

MOVIMENTO Comunista

Cuba no centro das atenções

José Reinaldo Carvalho
Membro do CC do PCdoB

A Terceira Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em nosso país nos dias 15 e 16 últimos, foi palco, durante as sessões oficiais, nas reuniões paralelas organizadas por iniciativa de organizações populares e nas ruas de uma das mais belas e históricas cidades brasileiras, de um confronto simbólico de grande contradição do mundo contemporâneo - a que opõe o imperialismo, sob a liderança política e militar dos Estados Unidos, e os povos e países que lutavam pela afirmação de sua independência.

Sem que estivesse formalmente inscrito na pauta de discussões, o tema Cuba e a luta contra o injusto e criminoso bloqueio à Ilha socialista transformou-se objetivamente no centro dos debates. De um lado estava a delegação cubana, chefiada pelo comandante Fidel Castro, figura insigne na época que vivemos da luta pelo socialismo e pela soberania das nações, vista com simpatia e apreço por outras delegações presentes, dispostas a não desempenhar o papel de lacaios no ambiente de um conclave autoconvocado pela comunidade ibero-americana em que não está presente a superpotência que se julga dona do planeta. De outro, apareceram figuras detestáveis, como o desmoralizado Carlos Menem, agente predileto do imperialismo não só no Cone Sul mas em toda a latinoamérica. Nas reuniões paralelas, surgiram os execráveis representantes do sindicalismo burguês da ORIT-CIOLS, mui amigos de certos setores da nossa CUT, tentando reeditar por aqui a abominável resolução contrária à Cuba, adotada no Congresso do Canadá.

Mas o povo da Bahia e do Brasil, na expressão de suas forças mais lúcidas e revolucionárias, mostrou que a Ilha caribenha é querida por aqui não só pelas identidades climáticas, racionais e culturais, mas por ser o símbolo da luta pelo socialismo e pela soberania nacional, portanto, depositária da solidariedade militante. O Fórum de Solidariedade à Cuba, integrado por vários partidos, entre eles o nosso, sindicatos e organizações populares, organizou diversas atividades de bienvenida a Fidel e à delegação cubana. O Encontro de Jornalistas Ibero-Americanos aprovou resolução contra o bloqueio à Cuba. O mesmo aconteceu com o Encontro de Organizações Populares. Sindicatos classistas e a CSC, dirigida pelo PCdoB, ofereceram recepção calorosa à delegação da Central de Trabalhadores de Cuba, num contraponto com as intenções anticubanas da ORIT-CIOLS.

O Partido Comunista do Brasil

manifestou, antes e durante, a Conferência Ibero-Americana sua solidariedade à Cuba socialista e seu valoroso povo. Participou com fisionomia própria de todos os eventos relacionados com a Conferência. Organizou palestras, esteve presente nas ruas de Salvador, tomou parte ativa, com bancadas próprias, das reuniões populares e sindicais, defendendo em todas elas a aprovação de resoluções de apoio à Cuba. Fez uma bela propaganda, na plástica e no conteúdo, através de um outdoor assinado pelo partido e reproduzido em dezenas de pontos da cidade, com o lema: "Cuba - 34 anos de resistência ao imperialismo. O socialismo vive.", que a Prefeitura de Salvador, nas mãos de uma hipócrita socialdemocracia, que se pretende esquerda, mas navega segundo os ventos da direita e do Partido "Socialista" "Obrero" Espanhol, de Felipe González, tentou, sem êxito, retirar de circulação.

Não faltaram as provocações da direita mais retrógrada. Na véspera da abertura da Conferência, o vetusto jornal da oliarquia pró-imperialista brasileira, *O Estadão*, publicou um grotesco artigo assinado por um certo Alberto Montaner predicando a derrubada do regime socialista cubano. No mesmo dia, grupos anticubanos a soldo da CIA norte-americana praticaram em Salvador atos de vandalismo, agredindo fisicamente militantes populares que promoviam a solidariedade à Cuba. Carlos Alberto Montaner é um contra-revolucionário figadal. Nascido em Havana há 50 anos, o apátrida foi detido em dezembro de 1960 por pertencer à uma organização terrorista dirigida pela CIA. Saiu de Cuba para Miami. Durante a crise de outubro de 1962 alistou-se nos pelotões cubanos especiais do Exército dos Estados Unidos. Vive na Espanha há 20 anos, onde, como estendário da CIA, presta serviços ao governo dos EUA nas atividades anticubanas. É dirigente da chamada Plataforma Democrática Cubana, criada em Madri em agosto de 1990, com ramificações na América Latina, inclusive no Brasil. Cuba recebeu calorosa solidariedade no Brasil. As provocações da CIA e de seus agentes não deram certo.

PCdoB recebe coreanos - Uma delegação da República Popular Democrática da Coreia, chefiada pelo deputado LI Mong Ho, visitou o Brasil na primeira semana de julho. Em São Paulo, manteve conversações com a Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil. De passagem por Brasília, a delegação coreana foi recebida pela bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados. Na oportunidade, foram reafirmados os laços de amizade internacionalista entre o Partido do Trabalho da Coreia e o Partido Comunista do Brasil, o apoio dos comunistas brasileiro à construção do socialismo na Coreia do Norte e à reunificação pacífica do país, sobre a base do princípio da independência nacional.

Ibero-América É possível a integração?

▼A realização da 3ª Conferência Ibero-Americana trouxe ao Brasil representantes de 21 países. Fidel Castro era o mais esperado. Sua presença fez aumentar a rede de solidariedade a Cuba e a pressão para que seja suspenso o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos

Guiomar Prates

A 3ª Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo trouxe a Salvador, Bahia, representantes de 19 países da América Latina, mais Espanha e Portugal. O encontro, que aconteceu dias 15 e 16 de julho (quando fechávamos esta edição), tinha o objetivo de discutir um mercado comum entre esses países e a maior integração na chamada Ibero-América.

Tentativa tímida, mas a maior já tomada por estes países, de se contrapor aos demais blocos que estão formados no mundo. Tímida no sentido de que as declarações de intenção dificilmente terão uma consequência prática, na medida em que a maioria dos governos destes países se alinha com a política imposta

pelos Estados Unidos, numa relação que lembra a época do colonialismo. As duas conferências realizadas anteriormente, em 91 e 92, não trouxeram mudanças significativas na relação entre os países da América Latina e muito menos significou uma política de enfrentamento com o imperialismo, seja ele europeu ou americano.

Na verdade, a pretendida integração da Ibero-América não passa de uma ilusão. Para se chegar a essa conclusão basta lembrar os episódios do início do ano, quando Portugal não permitiu a entrada de brasileiros no país e o tratamento xenofobo que passou a adotar, servindo como cão de guarda para os demais países da Europa.

Uma honrosa exceção na política de alinhamento automático com o imperialismo fica por conta da Cuba de Fidel Castro, que veio ao encontro procurando romper com o cerco imposto pelos EUA há 34 anos, agravado com a aprovação no parlamento americano da Lei Torricelli, que impõe um pesado bloqueio econômico à pequena ilha do Caribe.

Fidel, além de participar do encontro de cúpula, também manteria contatos em separado com diversos chefes de Estado, na tentativa de convencê-los a manter relações comerciais com Cuba. Era esperado ainda que o líder cubano realizasse uma entrevista com cerca de 50 entidades populares que prestam solidariedade a Cuba.

Se o carisma de Fidel vai ser suficiente para que os demais países rompam com o bloqueio, só o tempo dirá, mas o fato é que a sua presença no Brasil fortaleceu a rede de solidariedade do povo brasileiro para com o povo cubano. A solidariedade e a simpatia dos brasileiros pela revolução saiu das salas de reuniões e se espalhou pelas ruas de Salvador.

Solidariedade nas ruas



JAVIER ALFAYA

helicópteros) ocorreu uma manifestação de solidariedade a Cuba numa das ruas de acesso ao Centro de Convenções durante a abertura oficial da 3ª Conferência Ibero-Americana. Cerca de 500 pessoas gritavam palavras de ordem a favor de Cuba e contra o bloqueio dos EUA. O objetivo foi o de mostrar a solidariedade a pequena ilha do Caribe para as delegações estrangeiras. O ato foi organizado por entidades populares e sindicais. O PCdoB esteve presente com faixas e bandeiras. Fidel Castro foi ovacionado na sua passagem enquanto Fujimori foi vaiado pelos manifestantes.

Jornalistas. O Encontro de Jornalistas Ibero-Americanos aprovou uma moção de solidariedade a Cuba, que foi apresentada aos chefes de Estado reunidos no encontro de cúpula. Diz a moção: "Os jornalistas ibero-americanos expressam sua solidariedade à República Socialista de Cuba, vítima de abominável bloqueio econômico movido pelos EUA há cerca de 34 anos, agora agravado pela Lei Torricelli, uma abusiva legislação que interfere na soberania de outros povos.

Denunciamos à comunidade internacional a agressão comunicativa que se faz contra Cuba a partir de inúmeras emissoras de TV e Rádio instaladas em Miami, que produzem exclusivamente programação de conteúdo hostil à ilha caribenha, num inaceitável desrespeito à Carta das Nações Unidas, aos tratados internacionais e ao inquestionável direito de autodeterminação dos povos.

Em nome da defesa da Carta da ONU e da convivência democrática, soberana e pacífica entre os povos, apelamos aos chefes de Estado dos países ibero-americanos a que tomem um posicionamento claro junto aos EUA para a suspensão imediata do bloqueio econômico e das agressões comunicativas contra Cuba.

Finalmente, preservando nossas diferentes concepções políticas e ideológicas, como profissionais de comunicação, nos solidarizamos com a luta do povo cubano, na defesa das importantes conquistas sociais de sua revolução e reconhecemos o seu direito inalienável de construir o seu próprio destino, o seu regime de sociedade e sua integração com a América Latina."

A simpatia à revolução cubana saiu das quatro paredes e ganhou enormes outdoors coloridos. O Partido Comunista do Brasil espalhou-os pelas ruas de Salvador e em frente ao Centro de Convenções onde foi realizada a Conferência.

Mas nem todos são solidários a Cuba. O Itamaraty, numa atitude autoritária e que fere a liberdade de expressão, solicitou à prefeitura de Salvador que retirasse os outdoors, principalmente os que "se localizam na linha de visão dos dignitários e autoridades que participarão da cerimônia de abertura da Conferência". A prefeitura ordenou a retirada provisória e só voltou atrás após uma intensa pressão dos setores que apoiam Cuba. Ficaram os outdoors e se os chefes de Estado não tiverem os olhos vendados, ficaram sabendo que no Brasil ainda há solidariedade.

Apesar do policiamento ostensivo com intenção de intimidar (com cavalos, cachorros,

Monopólios

A informação como meio de dominação

▼ O futuro em pauta no século XXI. Com este tema foi realizado de, 9 a 11 de julho, o I Encontro Ibero-Americano de Jornalistas que defendeu o fim dos monopólios da comunicação como condição para o exercício da democracia

Guiomar Prates

Cerca de cem profissionais da comunicação de oito países participaram do 1º Encontro Ibero-Americano de Jornalistas, em Salvador (BA). Eles aprovaram a "Carta de Salvador" que foi entregue aos chefes de Estado reunidos na 3ª Conferência Ibero-Americana. A Carta tem importância significativa porque condena o monopólio da informação e alerta para as graves desigualdades e desequilíbrios que crescem à medida em que avança a concentração econômica e o poderio tecnológico nas mãos de alguns poucos países, ao mesmo tempo em que se agravam antigos problemas como a fome, o desemprego, a destruição do meio ambiente, o analfabetismo, a mortalidade infantil nos países mais pobres, entre os quais os ibero-americanos. "É visível que o desemprego dos meios de comunicação, em âmbito mundial, vem contribuindo para reforçar ainda mais este desequilíbrio e estas injustiças", afirma.

A Carta de Salvador é assinada pela Organização Internacional de Jornalistas, Federação Internacional de Jornalistas, Federação Latino-Americana de Periodistas, Federação Nacional de Jornalistas (Brasil), União de Periodistas de Cuba, Associação de Periodistas da República Dominicana, Clube Internacional de Imprensa de Madri e Federação dos Trabalhadores de Imprensa da Argentina.

Democracia - O avanço no desenvolvimento tecnológico nas comunicações, que agora evolui para a globalização e acompanha o surgimento dos blocos econômicos mundiais, não significa que tenha crescido a participação desses meios na discussão de alternativas para a solução dos grandes problemas mundiais. Ao contrário, continuam as formas e práticas que ferem o direito básico à informação, previsto (ao menos em tese) no artigo 19 da Declaração das Nações Unidas, de 1948. Os jornalistas constataram o que já era de domínio público, mas ganha importância por ser assumido pela categoria que trabalha diariamente com este problema: que a censura direta ou indireta, a influência negativa do poder econômico e a existência de legislação antidemocrática impedem que os meios de comunicação sejam utilizados de forma criativa na superação das mazelas do nosso



Profissionais da comunicação debatem o fim do monopólio da informação

tempo.

Para o mexicano Luiz Suárez, presidente da Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap), a democratização dos meios de comunicação e da profissão é impossível sem a verdadeira democratização da sociedade. "As políticas neoliberais, prejudicam o desenvolvimento da sociedade. Os avanços tecnológicos deveriam responder às necessidades sociais e não apenas aos interesses mercadológicos", afirma.

Ernesto Veras, diretor do Centro Regional da Organização Internacional de Periódicos da América Latina, acredita também que os meios de comunicação deveriam se preocupar mais com a realidade. "A sociedade não sabe que morrem diariamente cerca de 40 mil crianças na América Latina, vítimas da fome, das guerras e de doenças porque os meios de comunicação não informam", acrescenta.

Desequilíbrio - O desequilíbrio na produção e emissão de informações em escala mundial e a não disponibilidade pelos países menos desenvolvidos de modernas tecnologias para as redes de transmissão criam, por um lado, a possibilidade de utilização das novas tecnologias e dos meios de comunicação como parte de um processo de concentração econômica e política mundiais, por outro, a impossibilidade para a maioria dos povos de fazer valer sua identidade cultural, suas aspirações de nacionalidade. Alguns dados ilustram essa preocupação. Na Europa, 80% dos programas de entretenimento são adquiridos em Hollywood e apenas 20% têm produção local. Um relatório da Unesco de 1990 informa que 80% das informações veiculadas em todo o mundo são geradas nos Estados Unidos.

Nos próximos dois anos deverão estar funcionando nos EUA, via satélite, mil redes de televisão que poderão ter seus programas absorvidos por qualquer país do mundo. Isto significa que, se não forem tomadas medidas que regularizem a globalização da informação, os países menos desenvolvidos vão acabar se desnacionalizando, perdendo a identidade cultural. Por isso a importância, segundo Américo Antunes, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), de uma legislação internacional ou

de um conjunto de normas que discrimine o uso dessas tecnologias.

Os participantes do encontro defenderam ainda que os diversos países adotem legislações que impeçam a multimídia. A tendência hoje é que os diversos veículos (rádio, televisão, jornais) se concentrem nas mesmas mãos. Além disso, os donos desses meios investem em outras áreas criando enormes conglomerados e com isso adquirem o poder absoluto. Para Américo Antunes, é necessária uma legislação rigorosa que proíba essa concentração.

Violência - A violência dos que produzem a miséria social e a produzida pela mídia junta-se a violência cometida contra os profissionais de comunicação. De 1970 para cá foram registrados o assassinato e o desaparecimento de 536 jornalistas na América Latina, o que torna esta região a de mais alto risco para o trabalho dos jornalistas em todo o mundo. Também os baixos salários, as precárias condições de trabalho limitam o exercício profissional. "Esta grave conjuntura que vivemos cobra dos profissionais e dos meios de comunicação uma aguçada consciência de suas responsabilidades sociais e éticas, podendo contribuir para as alternativas que visem sua superação, especialmente

através da luta pela democratização das comunicações, sempre de forma pluralista", afirma a Carta de Salvador.

Ética - O presidente da Organização Internacional dos Jornalistas, Armando Rollemberg, escorregou pela defesa da ética como algo etéreo, descolado da realidade. Mas prevaleceu a visão de que a ética está relacionada com a realidade de cada momento histórico. No fundo, a discussão se dava com relação a Cuba. Alguns queriam fazer constar das resoluções do encontro a defesa da "liberdade de imprensa" no país de Fidel Castro.

"Nós também queremos a liberdade de imprensa, mas isso para nós significa ter papel para rodar nossos jornais, o que hoje é impossível pelo bloqueio imposto pelos Estados Unidos", defendeu Arleen Rodrigues Derivet, da União dos Periodistas Cubanos. Segundo Arleen, a produção de jornais em Cuba já caiu em 80% e a perspectiva é de que, se continuar esta situação, no próximo ano a produção deverá cair a zero.

A posição de Rollemberg foi derrotada e o I Encontro Ibero-Americano de Jornalistas aprovou uma moção de apoio a Cuba, pelo fim do bloqueio. (ver matéria na página ao lado).

A Carta de Salvador

A Carta de Salvador propôs aos chefes de Estado a solução das seguintes medidas com relação aos meios de comunicação:

1 - Apresentação à Organização das Nações Unidas da proposta de convocação de uma Conferência Mundial das Comunicações, envolvendo governos, organizações não-governamentais, profissionais e empresariais. A complexidade da conjuntura mundial e a crescente importância da mídia tornam imprescindíveis a convocação de um fórum amplo e pluralista que possa debater com profundidade mecanismos que impulsionem uma comunicação mundial comprometida com a superação da miséria, defesa da educação, da cultura, do meio ambiente e guardiã incansável da democracia e da pluralidade.

2 - Rigorosa apuração dos

atentados e agressões cometidos contra os jornalistas em seu trabalho profissional na Ibero-América, com a efetiva punição dos responsáveis.

3 - Estímulo à criação de instrumentos de comunicação que fortaleçam a cooperação, a integração e o intercâmbio entre os povos ibero-americanos, resgatando nossas identidades linguísticas, culturais, sociais e políticas, com transparência e democracia.

4 - Compromisso decidido com o aperfeiçoamento das legislações e da democracia em todos os países, inserindo condições para que os meios de comunicação possam atuar permeados pelos interesses públicos, pela ética e a democracia, promovendo a cultura de paz, a civilização e cidadania e todas as qualidades mais nobres à humanidade.

2ª Cúpula Sindical

Alfredo Tavares
de Salvador

A 2ª Conferência Ibero-Americana também trouxe a Salvador a cúpula do movimento sindical latino-americano, português e espanhol ligado à Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (Orit). A reunião, realizada entre os dias 12 e 13, acabou expressando a atual correlação de forças do sindicalismo da região. Embora o documento final do encontro tenha condenado a política neoliberal e exigido desenvolvimento com igualdade social, o encontro foi completamente dominado pelas posições do sindicalismo "amarelo", como já era previsto.

Segundo o secretário de imprensa da executiva da CUT nacional e membro do comitê do PCdoB, Sérgio Barroso, o encontro não ultrapassou os limites da retórica da própria Conferência Ibero-Americana. "Trata-se de mais uma luxuosa reunião que analisa a situação social da América Latina sem denunciar os Estados Unidos como os principais responsáveis pela miséria por que passam os povos do nosso continente e tenta representar o sindicalismo da região e fazer marketing.

Outro elemento que complicou ainda mais os resultados do encontro e mesmo o seu significado foi o veto da Orit à participação da Central Sindical dos Trabalhadores Cubanos (CTC). Questionado sobre o assunto, o secretário geral da Orit, Luis Anderson, defende-se com o fato de a CTC não pertencer aos quadros da entidade. No entanto, a participação da PIT-CNT, central sindical uruguaia, também não filiada à Orit, deixa claro uma marcanitidamente ideológica e de interferência do sindicalismo norte-americano na Orit.

Apesar do encontro da cúpula da Orit não ter aprovado qualquer resolução referente ao assunto, Luis Anderson se diz pelo fim do bloqueio americano a Cuba. Entrevistado ele considerou pessoalmente "o bloqueio inaceitável. Mas o fato é que o XIII Congresso da Ciosl/Orit, realizado entre os dias 21 e 23 de abril deste ano, em Toronto, Canadá, condicionou a luta pelo fim do inaceitável bloqueio norte-americano decretado há mais de trinta anos a uma "abertura democrática" em Cuba, como se este assunto não fosse da exclusiva competência do próprio povo cubano.

Por não aceitar a posição da Ciosl/Orit em relação a Cuba, sobretudo para protestar contra o veto à participação da central cubana, diversos sindicalistas baianos, de diversas correntes, aprovaram uma moção de protesto. Além de protestar contra a discriminação, o texto revela a verdadeira cara desta 2ª Cúpula Sindical Ibero-Americana: "A história da Orit, como se sabe, notabilizou-se pelo silêncio e cumplicidade com os golpes militares na América Latina.

Agora, esta discriminação à CTC volta a alinhar a Orit a posturas reacionárias. Fazemos coro com os setores progressistas e democráticos que denunciam e combatem o bloqueio e o embargo norte-americano a Cuba socialista".

CONSCIÊNCIA Socialista

Há muito a estudar e a conhecer do Brasil

Aldo Rebelo

Líder do PCdoB na Câmara Federal

Os revolucionários não têm por que queixar-se dos antigos mestres quanto à insistência na necessidade de se estudar a realidade para conhecê-la e transformá-la. Marx, Lênin, Mao Tsé Tung e outros bem sucedidos nesta difícil arte da revolução deixaram ao longo de suas experiências a persistente lição: estudar, estudar, estudar.

E não se negue a muitos de nossos camaradas o mérito de ter em conta este sábio conselho; mas pela metade. O estudo mal conduzido é como uma lente inadaptada aos olhos: pode deformar a realidade ao invés de ajudar a enxergá-la.

Há entre nós aqueles que conhecem com relativa familiaridade os textos mais importantes do marxismo, mas desconhecem quase que completamente a história do nosso país. São capazes de citar passagens e personagens da epopéia russa de 17, o que é muito importante, mas ignoram o significado da greve operária que sacudiu São Paulo nesse ano, ou de como o truste inglês Machine-Cotton assassinou o industrial nordestino Delmiro Gouveia, também em 1917, e depois jogou as máquinas de sua fábrica no rio São Francisco numa disputa pelo mercado que marcou o tipo de economia dependente que se desenvolveu no Brasil.

Já disseram que a história é um profeta com os olhos voltados para trás, ou seja, é impossível fazer a história presente sem levar em conta a história passada. Aqui não se nega a contribuição que possamos tirar das tentativas revolucionárias na França de 1830, 1848-1850, de 1871 etc. Mas perguntamos: e a Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador de 1824, a Revolução Praieira de 1848 para não falarmos da Conjuração dos Alfaiates e da Revolta dos Malês na Bahia, da Cabanagem, Canudos, Revolta dos Marinheiros, Insurreição de 35, entre outras? Estes episódios podem nos ajudar a compreender a tradição libertária do nosso povo e os dois traços constantes das lu-

tas populares no Brasil: a defesa da liberdade e da independência nacional.

Alma do povo. Engels foi um grande revolucionário, internacionalista e proletário, e ao proletariado internacional legou um brilhante estudo sobre a tática a partir das guerras camponesas na Alemanha. O que tem o proletariado e o povo brasileiro a aprender com suas próprias guerras camponesas e sublevações urbanas? Ninguém vai responder por nós.

Pobre do revolucionário que não entende a alma de seu povo. No Brasil ela foi desenhada com toque de genialidade por Guimarães Rosa, Graciliano Ramos e outros mestres de nossa literatura. Mas muitos dos nossos mais estudiosos camaradas dela pouco sabem porque se bastam com a última curiosidade da literatura econômica norte-americana ou europeia.

Reformular os cursos. Em certo sentido, somos prisioneiros de uma tradição intelectual voltada para o Norte e para o Leste. É diminuta nossa informação sobre o que ocorre na América Latina embora tenhamos onze mil quilômetros de fronteiras com países deste continente de inegável tradição revolucionária.

Educar para a leitura e o estudo é um desafio inadiável dentro do nosso partido. É nítida a tendência ao crescimento de nossas fileiras, a adesão de novos revolucionários, particularmente jovens, ávidos de conhecimento e de compreensão da aguda luta social que se trava no mundo e no país.

Necessário se faz que reformulemos os roteiros dos nossos cursos de formação no partido; que ao lado das noções básicas de filosofia e economia política se introduza nos currículos um itinerário das lutas sociais no Brasil, das rebeliões do passado que de uma forma ou de outra ajudaram a história a andar para a frente e prepararam as inquietações do presente e as rebeliões do futuro.

O contato do marxismo clássico com a nossa história e a rica realidade da vida do povo abre caminho contra as armadilhas do dogmatismo e do oportunismo, aproxima o partido das massas, desenvolve seu potencial revolucionário, veste de formas nacionais o conteúdo internacional de nossa política e ideologia.

Partido faz campanha

Ocorreu no dia 2 de julho o lançamento da campanha de filiação do PCdoB de Campinas (SP). Foi no Sindicato dos Eletricitários com o debate "Reforma Partidária e Liberdades Democráticas", do qual participaram o deputado estadual pelo PCdoB, Denis Carvalho; o dirigente nacional do partido, Ronald Freitas; o vereador comunista em Campinas, Sérgio Benassi; e o economista Fernando Pupo, presidente do partido na cidade.

Mais de 100 pessoas compareceram, com destaque para a presença de 29 dirigentes sindicais, entre eles, seis delegados sindicais do Sindicato dos Servidores Municipais e quatro diretores do Sindicato da Sanasa. Também compareceram Marco Antonio Bonaldo, da Cipa da Infraero; José Maria Gusman, do Sindicato Nacional dos Pesquisadores Agropecuários; além de 15 dirigentes estudan-

tis, diretores da Uces e de grêmios.

No ato foi anunciado que Eduardo Saldini, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, filiou 17 operários de uma fábrica metalúrgica, dos quais havia uma comissão presente. Ainda durante o evento foi feita a filiação do educador Luiz Carlos Freitas, da Unicamp. Os secundaristas não ficam atrás e já filiaram 15 novos colegas. A campanha continua na cidade e o partido pretende crescer bastante para se tornar uma força capaz de influenciar nos rumos políticos de Campinas.

404 filiações. No bairro de Campo Limpo, na capital paulista, houve 208 filiações em dois finais de semana. Nas reuniões com os novos filiados compareceram 85 pessoas.

O Comitê da Sabesp, também em São Paulo, filiou 40 novos integrantes, sendo que oito são delegados sindicais da categoria.

Em Pindamonhangaba, interior paulista, o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, João Bosco, filiou 100 trabalhadores numa das maiores empresas do município e, destes, 70 são de uma única seção.

Em Batatais, também no interior de São Paulo, o partido já é legalizado. Lá foram feitas 55 novas filiações e a convenção ocorreu no dia 4 de julho.

O tesoureiro do Sindicato dos Condutores de São Leopoldo (RS), Edson Dias de Araújo, se filiou ao partido na campanha que os comunistas fazem no Rio Grande do Sul. Ele é ainda integrante da Federação dos Rodoviários do Estado. (Sueli Scutti)

REGINALDO MELONI



Ato da campanha em Campinas

Cumprimentos à Classe

A redação de *A Classe* recebeu da Câmara Municipal de Salvador (BA) o pronunciamento do vereador Javier Alfaya (PCdoB) cumprimentando o jornal: "Numa época em que diversos segmentos da elite utilizam os mais variados meios de comunicação para formar a hegemonia cultural e política que sustenta a sociedade capitalista e governos antipopulares é animador ler um jornal que expressa análises sem as máscaras da im-

pressa burguesa", diz um trecho. Aderiram aos cumprimentos os vereadores Arnando Lessa, Odiosvaldo Vigas, Zilton Rocha, Pedro Souza (Pedrinho Pepê), João Henrique de Barradas Carneiro, João Dantas, Alcindo da Anunciação, Lourival Evangelista, Geraldo Mota, Décio Sant'Anna, Edvaldo Lins, Álvaro Martins, Paulo Carneiro, Walter Piniheiro, Zezéu Ribeiro, Germano Tabacof e Carlos Alberto Batista Neves.

Dicionário Marxista

Madalena Guasco Peixoto
Professora de Filosofia da PUC-SP

O materialismo mais avançado da história da filosofia é o materialismo dialético. É o mais avançado porque responde a questões como: qual a relação existente entre os fenômenos? Como é o mundo? Como ele se desenvolve e se transforma? Quais são as leis de sua evolução? Responde segundo a concepção dialética.

A resposta clara a essas questões irá determinar também uma certa maneira de abordar os fenômenos, de conhecê-los na sua complexidade. Assim a dialética, além de dar ao materialismo uma nova qualidade enquanto concepção, é também um método do conhecimento da realidade. Os homens ao se apropriarem deste método passam a compreender a validade e a prever seu movimento. Por isso o materialismo dialético se coloca como o mais revolucionário entre os métodos de conhecimento. A primeira questão que o materialismo dialético vai responder é como está constituído o mundo que nos cerca. O materialismo dialético afirma que apesar de sua enorme diversidade de formas e de conteúdo, o mundo que nos cerca é formado na sua essência por matéria em movimento. O movimento desta matéria.

Dicas

Sindicalismo em debate



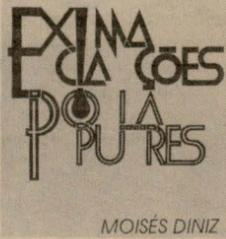
Saiu a edição da revista *Debate Sindical* nº 14. Na matéria principal, ela analisa a situação atual da Central Única dos Trabalhadores. João Batista Lemos diz que "do ponto de vista classista, a atual crise de governabilidade da CUT não se resume à mera disputa de aparelhos ou da direção da central." Para ele, o impasse é político e ideológico. Por isso, a CUT não pode ficar fora das lutas dos trabalhadores, neste momento tão grave na vida do país.

A revista aborda ainda: a revisão constitucional, o contrato coletivo de trabalho, as reações ao projeto neoliberal na América Latina, etc.

A *Debate Sindical* é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES), ela trata dos temas mais complexos da vida dos trabalhadores. O preço de capa é de Cr\$ 200.000,00.

A revista está com uma promoção especial. Quem vender o maior número de assinaturas ganha uma viagem, com tudo pago, de sete dias a Cuba. A assinatura custa em julho: Cr\$ 700.000,00, em agosto: Cr\$ 900.000,00 e em setembro: Cr\$ 1.200.000,00.

Educador da liberdade



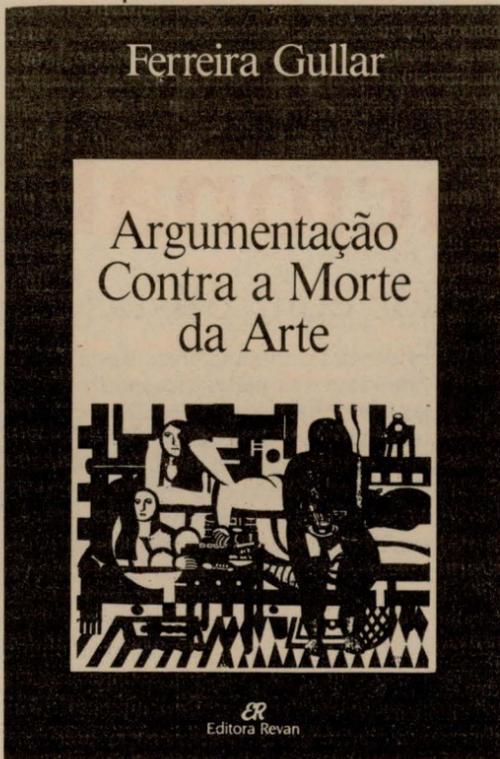
Foi lançado no Acre, o livro *Exclamações populares*, uma produção independente, do poeta, educador da liberdade e vereador comunista de Tarauacá, Moisés Diniz. O livro apresenta uma coletânea de poemas que o próprio autor define como "um grifo infra-sonoro". Para ele, *Exclamações Populares* funciona como "um arco em oração: pronto a disparar uma mensagem rebelde para fortalecer as mãos servicais."

Buscando equilíbrio entre emoção e razão, Moisés consegue transmitir a força da terra, sem cair no bairrismo. Suas poesias são universais e de gostosa leitura. Um trecho do poema *Txai* mostra toda a vivacidade transmitida nas 86 páginas do livro:

...Txai, chegue mais perto...
Perto da luta do povo
Venha me dar um abraço
e transar o mundo novo
Txai, olhe se a roça
Saciou os curumins,
veja se a lua cheia
ainda dá poesia...

(M.R.)

Cultura



um relâmpago no rosto", confundiu o poeta durante a conversa que estabeleceu com o público presente ao lançamento. Curiosamente, a lâmpada que projetava foco sobre seu rosto, à mesa da entrevista, insistia em oscilar. Até que, num determinado momento, simplesmente pifou. Com grande humor, o poeta detectou "um dedo da direita" naquele ato de aparente ação de forças sobrenaturais.

O mesmo humor está presente na coletânea. Gullar ironiza a última Bienal de São Paulo, em que foi trazido do Japão um "sujeito" cuja arte consistia em sair do seu apartamento a uma determinada hora do dia, chegar à Bienal, onde fora instalada uma piscina exclusivamente para o evento, lá vestir-se num escafandro, descer à piscina e, dentro d'água, emitir uns "gritinhos". Narrada de modo hilário, Gullar acrescentou à passagem, enquanto o público dobrava-se de rir: "E tudo pago com o nosso dinheiro!"

Noutra passagem, versando sobre o mesmo assunto, o poeta expõe ao ridículo a situação: "Pois se é assim, eu também vou me candidatar à próxima Bienal. Solicitarei à instituição que providencie, para minha performance, uma tropa de dois mil burros montados por anões! É uma idéia chocante ou estarei sendo tímido? Talvez seja mais instigante despejar vários milhões de bolinhas-de-gude (pagos pelos cofres públicos, claro!) nos corredores da Bienal. Vai cair gente de montão!"

Argumentação Contra a Morte da Arte tem a mesma força, coragem e lucidez de *Vanguarda e Subdesenvolvimento*, também de Gullar. Ambos os livros são referências vivas para quem deseja atuar com seriedade no meio cultural. É conferir.

Contra a morte da arte

Jeosafá F. Gonçalves

Foi lançado, em São Paulo, no Memorial da América Latina, o mais recente trabalho crítico de Ferreira Gullar: *Argumentação Contra a Morte da Arte*, editado pela Revan. Apresentado por Oscar Niemeyer, o livro reúne artigos escritos entre 1975 e 1992, publicados no *Jornal do Brasil*, no *Globo* e na revista *Módulo*, somados a alguns artigos inéditos. Quem conhece a poesia de Gullar e não conhece suas opiniões tem agora uma excelente oportunidade.

"O meu desejo era que aquele que abrisse o meu livro recebesse

O renascimento do cinema brasileiro

O cinema nacional tem motivos para comemorar a aprovação da Lei 3.908/93, que possibilita a volta de investimentos em obras audiovisuais cinematográficas brasileiras. "O país não pode prescindir de uma moderna indústria de comunicação na qual o audiovisual ocupa posição de destaque", diz o ministro da Cultura Antonio Houaiss.

Com o desenvolvimento do cinema no país, a partir da década de 30, produtoras estrangeiras mostraram interesse pelo mercado brasileiro. Com seu poderio econômico aliado ao preconceito existente contra a produção nacional, elas ganharam a disputa.

Collor veio ajudar ao provocar um "desmonte administrativo e financeiro dos organismos oficiais", afirma Houaiss. O ato "teve reflexos imediatos nos setores privados da produção, distribuição, exibição e serviços técnicos, causando o fechamento das empresas produtoras, das empresas prestadoras de serviços e do desemprego de mais de 20 mil profissionais", conclui.

Essa nova lei pode provocar o renascimento do cinema brasileiro. Para isso, cabe ao governo fiscalizar a aplicação dos investimentos dando prioridade para a qualidade.

(M.R.)

Complete sua coleção

Estão à venda na sede da **Classe Operária** em São Paulo encadernações de edições antigas dos jornais *Tribuna da Luta Operária (TLO)* e de *A Classe Operária (CO)*.

Veja a seguir os volumes disponíveis e os preços:

TLO - Cada encadernação contém 40 edições.
Da edição nº zero à nº 362
Cr\$ 30.000.000,00 - 9 volumes. Cr\$ 3.000.000,00 cada volume

TLO - edição avulsa - Cr\$ 65.000,00.

CO - VI fase - volume 1 - da edição nº 1 à nº 20 .

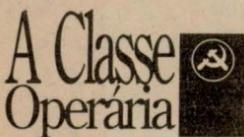
CO - VI fase - volume 2 - da edição nº 21 à nº 34 .
Cr\$ 2.000.000,00 - cada volume. Cr\$ 65.000,00 edição avulsa

ASSINE A CLASSE

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
Cidade _____ Estado _____
Profissão _____ Data ____/____/____

Assinatura semestral: Cr\$ 800.000,00 - Assinatura trimestral: Cr\$ 400.000,00
Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 1.500.000,00

Preencha e envie hoje mesmo este talão para a **A Classe Operária**. Não mande dinheiro. Mandar cheque nominal e cruzado, ou vale postal, em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone (011) 34-4140 - Fax (011) 36-0412.



Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - **Editora:** Ana Maria Rocha - **Redação:** Dilermando Toni, Guiomar Prates, Sueli Scutti, Marcos Ruy **Correspondentes:** Calucho Carvalho (BA), José Ribamar Praseres (MA), Linduarte Júnior (PE), Luciana Costa (PA), Marcos Lopes (PI) Niura Delfort (SE) - **Colaboradores:** Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, José Reinaldo Carvalho, José Carlos Ruy, Jefferson Barros, Juarez Tadeu, Lejeune Mato Grosso, Moacyr de Oliveira Filho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro de Oliveira, Umberto Martins - **Projeto Gráfico:** Auracebio Pereira - **Diagramação:** José Luis Muñera Reyes - **Composição e Arte Final:** Compuart - Fone: (011) 251-1571 - **Fotolito:** Enfocke **Impressão:** Central Print - **Administração:** Vera Lúcia Lopes da Silva - **Fotografia:** Leandro Shilipake - **Secretaria:** Sílvia Regina Lopes - **Revisão:** Alexandra Araújo e Márcia Saraiva - Publicação quinzenal da Empresa Jornalística *A Classe Operária* - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo-SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 34-4140 - Fax: (011) 36-0412

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Av. Moreira e Silva, 430 - Farol - (082) 221-4634 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 - Centro - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/321-6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704, Bloco G, Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av. Anhanguera, 3599 - Ed. São Luís - 3º andar - Centro - (062) 212-4014 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - Centro - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - Centro - (031) 222-3161 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua 13 de Maio, 3.853 - Sala 1 - Centro - (067) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - Centro - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. Manoel Barata, 1157 - Reduto - (091) 222-8733 - PARAÍBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - Centro - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Terezina - R. Desembargador Freitas, 1.216 - Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. André de Barros, 26 - Casa 6 - Centro - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Av. 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 1601 - Centro - (021) 240-5286/532-4118 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - R. Vaz Godin, 86 - Centro - (044) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. 11 casa 365 Conjunto Chagas Neto - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Av. Capitão Júlio Beteira, 953 - São Francisco - (095) 225-1546 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 228-5152 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Av. Mauro Ramos, 475 - Centro - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - Centro - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 37-8483 - TOCANTINS - Gurupi - Avenida Goiás, 1962b - Centro.



A bomba populacional

Falsa desculpa dos controlistas

Fátima Oliveira

Médica - Secretária Geral da UBM

Cotidianamente a grande imprensa mundial noticia as dificuldades cada vez maiores que os imigrantes enfrentam nos países ricos, a guetização violenta que vivem, o recrudescimento do racismo e que os parlamentos destes países se inclinam a votar e aprimorar leis restritivas à imigração - a ponto de que atualmente é quase impossível a um brasileiro, por exemplo, querer e poder ir a passeio a Portugal. A Comunidade Econômica Européia, em junho de 93, decidiu dificultar ao máximo o acesso de imigrantes econômicos e a França pretende implantar a "imigração zero". Os pedidos de asilo político estão barrados.

O Relatório da ONU sobre o estado da população, divulgado em 6 de junho, mostra um mundo em frenético movimento: 2% da população mundial estão fora de seus países. São 100 milhões de pessoas, das quais 20 milhões são refugiadas políticas ou de catástrofes da natureza. Metade das pessoas que migram são mulheres, 50% destas são mulheres sozinhas com idade entre 16 e 24 anos e entre 50 e 60 anos, divorciadas, separadas ou viúvas. Todas à procura de emprego. O que chama a atenção nestes dados é que em 1989 as pessoas que não residiam em seus países de origem totalizavam 50 milhões.

O desenvolvimento urbano-industrial do século XX fez surgir os grandes aglomerados urbanos em países pobres. São grandes concentrações populacionais metropolitanas como a cidade do México, São Paulo (terceira maior do mundo), Bombaim, Calcutá e Nova Delhi, dentre outras. Estas megacidades dos países pobres não param de crescer, enquanto as zonas rurais se esvaziam.

Explosão populacional. Visões apocalípticas das décadas de 60/70 alardeavam os perigos da superpopulação, o mito da explosão demográfica - uma suposta bomba populacional prestes a explodir. No dizer de Robert MacNamara, quando presidente do Banco Mundial, "a explosão demográfica é, sob muitos aspectos, mais perigosa e insidiosa que a guerra termonuclear e exige contra-ataque à altura". Em 1968, o biólogo norte-americano, Paul Erlich publicou o seu livro *A Bomba Populacional*, onde diz que o centro do problema não era que no mundo não coubesse mais gente, mas as agressões ao meio ambiente. Ou a humanidade conteria o seu crescimento "desenfreado" ou a natureza o faria a seu modo, via catástrofes.

Em 1990, Paul Erlich reaparece apregoando a necessidade de um amplo programa de controle de natalidade e a definição de um teto para a população mundial. Publicou um novo livro *Explosão Populacional* onde faz elucubrações de que o aparecimento de pandemias como a AIDS, o reaparecimento de doenças há muito controladas como a cólera e a tuberculose são

evidências de que a natureza já está fazendo a sua parte: elevando a taxa de mortalidade para equilibrar o crescimento populacional! Como já dá para perceber o discurso ambientalista, de que para preservar o planeta e barrar à exaustão dos recursos naturais não-renováveis é preciso controlar a natalidade, não são tão novos e nem tão inocentes. A ECO-92 foi um palco privilegiado da idéia de que é necessário conter o crescimento populacional para manter o equilíbrio ecológico. Pensando assim afirmam que o planeta está ameaçado porque porque há gente demais!

Qual a relação que existe entre a exigência de teste de gravidez ou de ligadura de trompas para admissão e manutenção do emprego e as afirmações de que o excesso de população é a principal causa de degradação do planeta? Ou ainda, que a multiplicação dos pobres é causa básica da pobreza? Que nos países pobres há gente demais? Por que há uma deliberada desvalorização da maternidade em países pobres e nos países ricos há uma supervalorização da maternidade para suas cidadãs brancas?

Cruel e excludente. As discussões acerca da questão populacional e dos direitos reprodutivos não podem ser feitas fora da ótica da formação econômico-social em que os povos vivem. Sem que se leve em conta a brutal concentração de renda (os 20% mais ricos possuem 83% do PIB mundial); o desemprego estrutural do capitalismo mesmo nos países ricos extremamente desiguais (20% da população consome 80% dos recursos); as desigualdades na distribuição da renda, da terra e do poder; a subalternidade em que vivem as mulheres e os privilégios que o racismo confere aos brancos em geral em relação aos não brancos. Enfim, as classes sociais.

O modelo de desenvolvimento e a utilização do conhecimento tecnocientífico da sociedade capitalista é cruel e excludente. E é este modelo que não comporta mais gente! Para preservar este sistema é imprescindível construir a cada dia políticas de extermínio e marginalização para buscar o "equilíbrio." Nada mais explícito disso que o tal desenvolvimento auto-sustentado. Um modismo, dito ecológico, sobre o qual não há consenso do que seja, nem mesmo entre os ecologistas. Para a formação econômico-social capitalista há gente demais.

As formulações das idéias catastrofistas de superpopulação e explosão demográfica que se deram na década de 60, se embasavam politicamente na realidade capitalista, incapaz de oferecer bem-estar mínimo para todas as pessoas em qualquer época, e na teoria de Thomas Malthus elaborada em 1798 em seu livro *Ensaio sobre o Princípio da População*, cuja idéia básica pode ser sintetizada na seguinte frase: "As populações crescem em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética". Teorização falsa e já desmentida pela história há mais de um século. A fome, desde sempre, se deve à concentração de riquezas, à exploração dos



MILTON MENDES FILHO

povos e não à escassez de alimentos.

Apesar de superada, a teoria de Malthus ainda é o alicerce de todos os discursos de que os pobres colocam o mundo em perigo. A ONU pensa assim e até o moderníssimo pensamento ecológico se deixa levar muito por estes embalos.

Em linhas gerais podemos classificar as políticas de população em natalistas e antinatalistas. Uma política de população se situa sempre como uma política pública, uma definição governamental, uma questão de Estado e dirige-se para três objetivos específicos:

1. visa afetar as variáveis demográficas: migração, natalidade e mortalidade, modificando assim a distribuição, a redistribuição e o crescimento de uma população;

2. pode ser programada para corrigir uma tendência ou comportamento tido como anormal das variáveis demográficas;

3. mudar características das pessoas sob o seu raio de alcance; estado civil condições de saúde, educação, qualificação profissional, etc.

As políticas de população, tanto natalistas quanto antinatalistas, contêm sempre elementos de imposição velados ou explícitos e são implantadas e dinamizadas através de meios e medidas com efeitos diretos e indiretos sobre a fecundidade.

As Conferências de População. A ONU em 1970, através de sua Divisão da População, convocou e organizou a 1ª Conferência Mundial sobre População em agosto de 1974 em Bucareste. Foi pródiga em conflitos, embora de lá tenha saído um Plano de Ação Mundial com recomendações de contenção de crescimento populacional segundo o qual cada país teria liberdade para adotar a política demográfica da sua necessidade. Apenas o Vaticano não assinou este plano. O governo brasileiro, à época sob a ditadura de Geisel, embora declarando que a política demográfica brasileira era do domínio soberano do governo brasileiro, que não aceitaria ingerência de outros governos e que

caberia ao casal decidir como controlar a sua natalidade sem interferência do governo, não apenas assinou o Plano de Ação Mundial, como fez vistas grossas ao controle de natalidade que já estava em curso no Brasil às expensas de organismos internacionais.

Em 1979 a ONU convocou a 2ª Conferência Mundial sobre População, realizada no México em 1984. Esta conferência foi precedida de muitos cuidados, além das pressões econômicas exercidas pelo FMI sobre os países pobres.

As recomendações da Conferência do México no fundamental não diferem da de Bucareste quanto ao teor da emergência do controle de natalidade para impedir a explosão demográfica, mas moderniza seu conteúdo neomalthusiano com as idéias politicamente corretas do discurso ecológico e incorpora, com grande sagacidade, o desejo histórico pancultural das mulheres de decidir sobre a sua fertilidade. Embandeirado das idéias justas da luta ecológica e das reivindicações das mulheres por mais direitos e cidadania plena, e sobretudo dispondo dos meios científicos e tecnológicos que concretamente podem separar o exercício da sexualidade da obrigatoriedade da reprodução, o Estado capitalista, os países ricos em especial, assenhoreia finalmente da condução hegemônica de uma política de população capaz de possibilitar níveis de crescimento demográfico que os seus limites possam suportar.

Está em preparação a 3ª Conferência Mundial sobre População que será realizada no Cairo-Egito em 1994. Já está suficientemente elucidado quantas e quais são as pessoas que são demais para o planeta sob a égide do imperialismo. Os pobres e os negros são partes importantes deste contingente de pessoas que não cabem no capitalismo: as populações supérfluas. E agora, qual o papel que estamos chamados a cumprir?

Texto preparado para o 1º Seminário Nacional da UNEGRO
Fundação Maurício Grabois
Salvador - de 23 a 25/7 de 1993